

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2025



FICHA TÉCNICA

Título: Relatório de Atividades 2025

Direção Financeira, de Estudos e de Estratégia
Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P.

Av. Júlio Dinis, 11
1069-010 Lisboa

Telefone: 217 946 700 | Fax: 217 946 799 | Email: geral@impic.pt

Data de edição: maio 2026

| | | |
|------|--|----|
| 1. | Sumário Executivo..... | 4 |
| 2. | Nota Introdutória | 5 |
| 3. | IMPIC, I. P. - Atividade Desenvolvida, Caracterização e Orientações..... | 10 |
| 3.1. | Atividade Desenvolvida - Síntese do Ano 2025 | 10 |
| 3.2. | Caracterização do Instituto | 12 |
| 3.3. | Orientações Gerais e Específicas Prosseguidas pelo IMPIC, I. P. | 13 |
| 4. | QUAR – Quadro de Avaliação e Responsabilização 2025 | 17 |
| 4.1. | QUAR 2025 | 18 |
| 4.2. | Grau de Cumprimento dos Objetivos Operacionais Definidos no QUAR 2025 | 19 |
| 4.3. | Análise dos Resultados Alcançados e dos Desvios Verificados no QUAR 2025 | 20 |
| 4.4. | Indicadores com taxa de realização acima de 125% | 23 |
| 5. | Plano de Atividades 2025 | 28 |
| 5.1. | Resultados Alcançados | 28 |
| 5.2. | Concretização das atividades previstas no Plano de Atividades 2025 | 29 |
| 5.3. | Atividades Não Previstas no Plano de Atividades 2025..... | 37 |
| 6. | Análise da Afetação Real e Prevista dos Recursos | 39 |
| 6.1. | Recursos Financeiros..... | 39 |
| 6.2. | Recursos Humanos | 40 |
| 6.3. | Recursos Materiais | 40 |
| 7. | Balanço Social | 41 |
| 8. | Execução do Plano de Formação | 45 |
| 9. | Apreciação da Qualidade e Serviço Prestados, por Parte dos Agentes do Setor | 47 |
| 10. | Avaliação da Satisfação dos Colaboradores | 51 |
| 11. | Avaliação do Sistema de Controlo Interno | 53 |
| 12. | Desenvolvimento de Medidas para Reforço Positivo do Desempenho | 60 |
| 13. | Comparação com o Desempenho dos Serviços Idênticos, no Plano Nacional e Internacional | 65 |
| 14. | Prémios e Menções de Entidades Externas | 66 |
| 15. | Medidas de Modernização Administrativa | 68 |
| 16. | Publicidade Institucional | 72 |
| 17. | Gestão Patrimonial..... | 74 |
| 18. | Alinhamento | 76 |
| 19. | Proposta de Menção | 82 |
| 20. | Conclusões Prospetivas | 84 |

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente Relatório de Atividades e Autoavaliação respeita ao ciclo de gestão de 2025 do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P. (IMPIC I. P.) e segue a estrutura e os critérios constantes das Linhas de Orientação 2025 da Secretaria-Geral do Governo. A sua redação articula-se com o Plano de Atividades 2025 e com o QUAR 2025 do IMPIC, I. P., assegurando coerência metodológica e terminológica entre os instrumentos de planeamento e a estrutura do relatório. Engloba, ainda, nos termos da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, a autoavaliação dos respetivos serviços, no âmbito do Subsistema de Avaliação do Desempenho dos Serviços da Administração Pública (SIADAP 1). Esta autoavaliação é baseada na apreciação dos indicadores definidos no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) de 2025.

O Plano de Atividades 2025 define quatro objetivos estratégicos, dez objetivos operacionais e quarenta e nove atividades, distribuídas por sete eixos de atuação: regulação do setor da construção e do imobiliário, regulação da contratação pública, relacionamento com *stakeholders*, modernização administrativa, base de conhecimento do setor, sistemas de informação e gestão interna.

O QUAR 2025 estrutura-se em três parâmetros de avaliação - eficácia, eficiência e qualidade - com ponderações de 40%, 30% e 30%, respetivamente, e operacionaliza a avaliação do serviço através de cinco objetivos operacionais e dez indicadores. Em 2025, o IMPIC, I. P. teve um desempenho bom, com a superação de quatro dos cinco objetivos operacionais do QUAR e o cumprimento de um, e a avaliação global dos 10 indicadores de 132%.

No que refere às 49 atividades, previstas no Plano de Atividades 2025 do IMPIC, I. P. e inscritas nos 7 eixos de atuação, verificou-se uma taxa de realização de 80%.

No decurso do ano, foram ainda realizadas atividades não previstas inicialmente que decorreram da aposta do IMPIC, I. P. no desenvolvimento dos setores regulados, bem como na modernização dos serviços, tornando-os mais eficazes e eficientes e com níveis superiores de qualidade.

As atividades foram concretizadas com um quadro de pessoal significativamente inferior ao previsto para 2025, com menos 74 elementos, pelo que é de salientar o esforço e dedicação das equipas.

2. NOTA INTRODUTÓRIA

O IMPIC, I. P. rege-se pelo Decreto-Lei n.º 232/2015, de 13 de outubro, sendo um instituto público integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio. Com jurisdição sobre todo o território nacional, tem por missão regular e fiscalizar os setores da construção, do imobiliário e dos contratos públicos, produzir informação estatística e análises setoriais, bem como assegurar a atuação coordenada dos organismos estatais nos domínios sob sua responsabilidade.

O Plano de Atividades de 2025 reafirmou a orientação estratégica do IMPIC, I. P. no sentido de reforçar a sua credibilidade institucional, através de uma regulação mais eficiente, eficaz, transparente e orientada para a promoção da atividade económica, para a proteção do interesse geral e dos consumidores, e para o aprofundamento da transparência, da integridade e da *accountability* na contratação pública.

O ciclo de gestão de 2025 foi enquadrado por prioridades centradas na qualidade do serviço público, na simplificação procedimental, no reforço da ação inspetiva, no desenvolvimento de ferramentas digitais, na produção de conhecimento setorial, na capacitação interna e no aprofundamento da modernização administrativa. A aposta na interoperabilidade, na melhoria dos sistemas de informação, na redução do fardo administrativo e na comunicação interna e externa constituiu igualmente uma dimensão relevante da atuação do Instituto.

O presente Relatório pretende, assim, refletir de forma clara, objetiva e auditável o que foi possível realizar em 2025, bem como identificar os constrangimentos que condicionaram a execução plena de algumas atividades. Mais do que um registo descritivo das iniciativas desenvolvidas, constitui um exercício de prestação de contas perante os *stakeholders* do IMPIC, I. P., evidenciando o compromisso do Instituto com a transparência, a responsabilidade pública, a criação de valor e a prossecução do interesse público.

O IMPIC, I. P. assume um papel particularmente relevante na boa administração do Estado, quer enquanto entidade reguladora da contratação pública - sendo, nesta matéria, ponto de referência de cooperação com a Comissão Europeia, nos termos do artigo 454.º-A do Código dos Contratos Públicos - quer enquanto regulador de dois setores estratégicos da atividade económica nacional: a construção e o imobiliário. Estes setores, pela sua expressão económica, social e territorial, constituem verdadeiros barómetros dos ciclos económicos e exigem uma atuação regulatória tecnicamente robusta, célere e equilibrada.

O ano de 2025 ficou marcado pela continuidade dos desafios associados à fiscalização dos setores regulados, à prevenção e combate ao exercício ilegal da atividade da construção, ao reforço da transparência na contratação

pública e à promoção de práticas sustentáveis nas compras públicas. Neste contexto, destaca-se a realização de uma operação inspetiva temática e intensiva dirigida ao setor da construção, à semelhança da iniciada em 2024, com especial incidência na zona centro do território continental. A operação teve como objetivo principal prevenir e combater o exercício ilegal da atividade da construção, tendo mobilizado quatro equipas inspetivas e resultado na realização de 121 ações inspetivas.

Esta operação abrangeu cinco distritos - Aveiro, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu -, tendo sido ainda realizada uma ação inspetiva no distrito do Porto, no concelho de Vila Nova de Gaia, por se tratar de um concelho limítrofe a um dos distritos abrangidos. Das 121 ações inspetivas realizadas, 102 ocorreram em estaleiros de obras particulares, abrangendo 289 entidades, e 19 em estaleiros de obras públicas, envolvendo 86 entidades, num total de 375 entidades inspeccionadas.

No domínio da contratação pública, manteve-se a prioridade atribuída ao seu papel enquanto instrumento estratégico de política pública, designadamente através da promoção de compras públicas sustentáveis, da participação em projetos no âmbito da Comissão Europeia, da realização de ações de formação dirigidas a stakeholders, da difusão de boas práticas e da partilha de conhecimento técnico. O IMPIC, I. P. procurou, neste domínio, reforçar a capacitação das entidades públicas e dos operadores económicos, contribuindo para uma contratação pública mais transparente, eficiente, sustentável e orientada para resultados.

A ação do Instituto em 2025 foi também marcada pelo esforço de cooperação com outras entidades públicas, numa lógica de articulação institucional, partilha de informação e criação de sinergias em torno de objetivos comuns. A capacitação dos destinatários da atuação do IMPIC, I. P., a emissão e divulgação de orientações técnicas, a promoção de boas práticas e a melhoria dos canais de relacionamento institucional continuaram a constituir dimensões essenciais da sua intervenção.

No plano nacional e internacional, o ano de 2025 decorreu num contexto de elevada exigência para os setores regulados pelo IMPIC, I. P., marcado por transformações estruturais, pressões económicas e evolução do enquadramento regulatório.

No setor da construção, manteve-se um ambiente caracterizado por desafios associados à volatilidade dos custos de matérias-primas e energia, à escassez de mão de obra qualificada e à necessidade de adaptação a exigências crescentes em matéria de sustentabilidade ambiental e eficiência energética. A execução de programas públicos de investimento, designadamente associados a fundos europeus, reforçou a pressão sobre a capacidade produtiva

do setor, exigindo simultaneamente maior rigor na fiscalização, controlo e qualificação dos operadores económicos.

No domínio do imobiliário, o ano de 2025 foi marcado pela continuidade de tensões no acesso à habitação, pela evolução das políticas públicas orientadas para a regulação do mercado e pela necessidade de reforçar mecanismos de transparência, confiança e proteção dos consumidores. O aumento da complexidade das operações imobiliárias, incluindo matérias relacionadas com prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, reforçou o papel do IMPIC, I. P. enquanto entidade supervisora e sancionatória.

Relativamente à contratação pública, verificou-se uma consolidação do seu papel enquanto instrumento estratégico de política pública, designadamente no apoio à transição digital, climática e social. A nível europeu, continuou a ser promovida a utilização da contratação pública como alavanca para a inovação, sustentabilidade e resiliência económica, exigindo às entidades adjudicantes maior capacidade técnica, planeamento e monitorização. Neste contexto, assumiram particular relevância as iniciativas de reforço da transparência, da qualidade dos dados e da interoperabilidade dos sistemas de informação, bem como a participação em redes e projetos europeus no âmbito da cooperação administrativa.

No plano da União Europeia, manteve-se a ênfase em políticas públicas orientadas para a dupla transição - digital e climática -, com impacto direto nos setores regulados pelo IMPIC, I. P. A implementação de instrumentos como o Plano de Recuperação e Resiliência e outros mecanismos de financiamento europeu continuou a exigir níveis elevados de controlo, acompanhamento e prestação de contas, reforçando a importância de sistemas de informação robustos e de práticas de contratação pública mais eficientes e transparentes.

Adicionalmente, a evolução do quadro regulatório europeu e internacional em matérias como sustentabilidade, governação, combate à fraude e à corrupção e prevenção do branqueamento de capitais implicou um reforço das exigências de conformidade e supervisão, com impacto direto na atividade do Instituto.

Neste contexto, o IMPIC, I. P. foi chamado a desempenhar um papel particularmente relevante na garantia do funcionamento regular dos mercados, na promoção da confiança dos agentes económicos e dos cidadãos, e na salvaguarda do interesse público, num ambiente cada vez mais complexo e exigente.

Não obstante, o ciclo de gestão de 2025 decorreu num contexto de significativos constrangimentos internos. A ampla e exigente missão do IMPIC, I. P., de elevada tecnicidade, requer equipas qualificadas, estáveis, preparadas e dotadas de capacidade crítica. Contudo, os recursos humanos disponíveis revelaram-se manifestamente

insuficientes face às atribuições cometidas ao Instituto. Esta insuficiência não decorre da dimensão prevista no mapa de pessoal, considerado adequado às necessidades da organização, mas antes da dificuldade em assegurar o seu efetivo preenchimento e renovação.

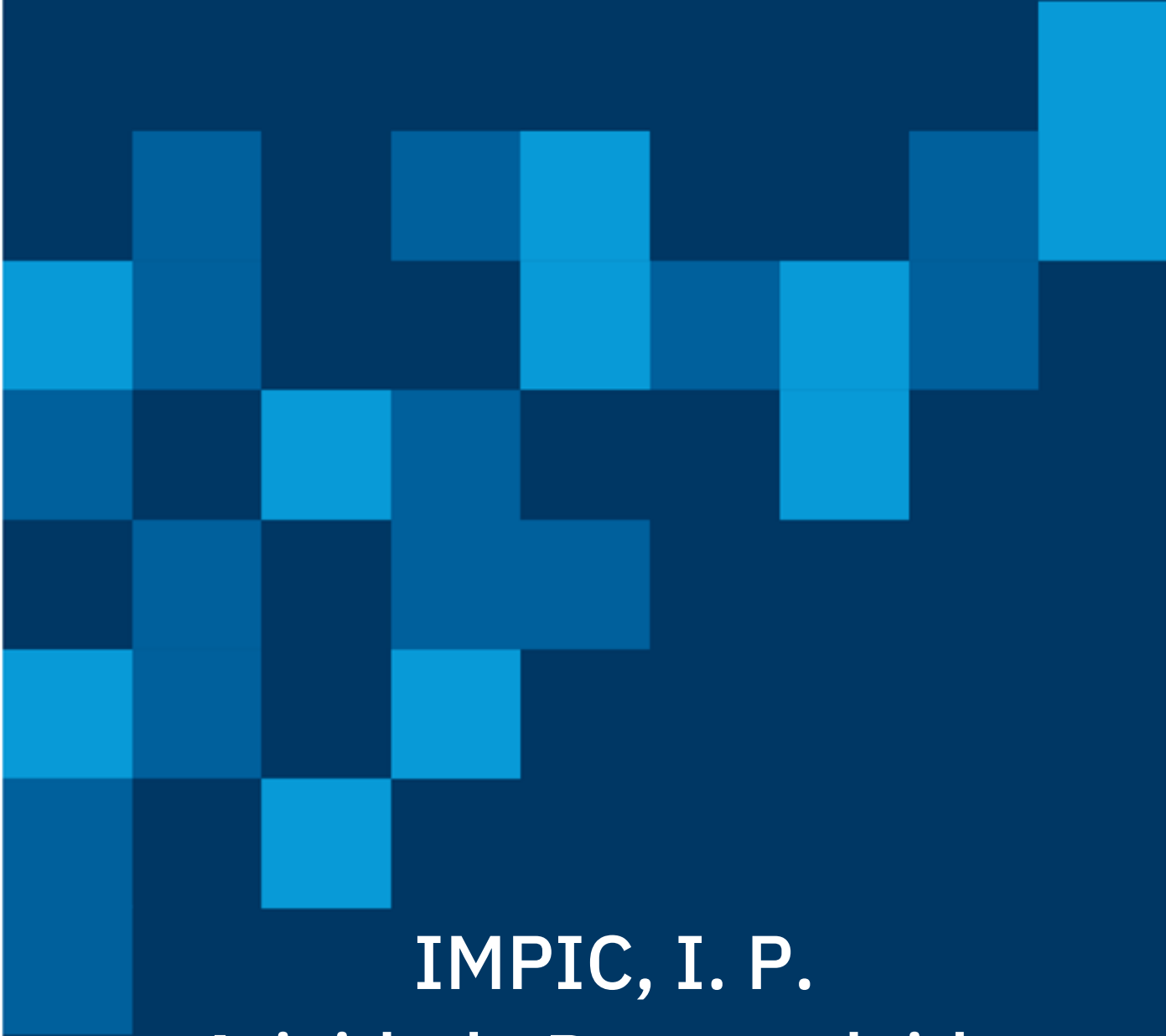
As aposentações, as ausências prolongadas, os pedidos de mobilidade e a dificuldade em compensar atempadamente essas saídas através dos mecanismos disponíveis tiveram impacto na capacidade de resposta das unidades orgânicas, na execução de tarefas e projetos, no cumprimento de metas e na pressão exercida sobre os trabalhadores em funções. O aumento da carga de trabalho sobre equipas já reduzidas comporta riscos para a motivação, para o bem-estar organizacional e para a sustentabilidade do desempenho, podendo gerar situações de desgaste acrescido.

Acresce que a incerteza quanto à evolução das orientações políticas e quanto à eventual recondução ou substituição do Conselho Diretivo, ainda não conhecida à data de elaboração deste relatório, teve igualmente reflexos no ambiente interno e na dinâmica das equipas. Embora transitórios, estes fatores evidenciam a importância de mecanismos de resiliência institucional, planeamento, continuidade de gestão e preparação para períodos de mudança.

O Conselho Diretivo tem plena consciência de que subsistem desafios estruturais relevantes. Desde logo, mantém-se a necessidade de adequação do enquadramento orgânico do Instituto à evolução das suas atribuições e responsabilidades. A alteração da Lei Orgânica do IMPIC, I. P. e a aprovação de estatutos próprios, em substituição dos ainda herdados do então InCI, I. P., continuam a constituir matérias relevantes para a consolidação institucional e para a melhoria das condições de funcionamento do organismo.

Apesar das dificuldades, o IMPIC, I. P. prosseguiu em 2025 a sua missão com sentido de responsabilidade, rigor técnico e compromisso com o interesse público. O percurso não é fácil, mas o trabalho desenvolvido demonstra a capacidade de adaptação, resiliência e dedicação das equipas do Instituto.

O Conselho Diretivo expressa, por isso, o seu reconhecimento a todos os trabalhadores e dirigentes do IMPIC, I. P. pelo esforço, profissionalismo e dedicação demonstrados, bem como às entidades, parceiros e *stakeholders* que, ao longo de 2025, colaboraram com o Instituto e reforçaram a confiança na sua atuação.

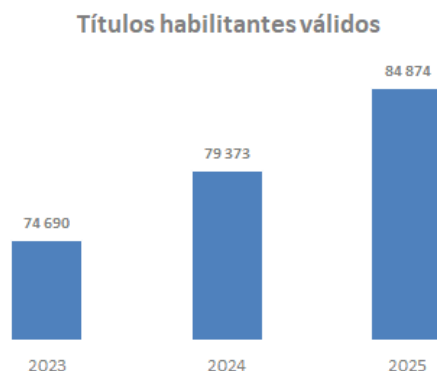


IMPIC, I. P.
**Atividade Desenvolvida,
Caracterização e
Orientações**

3. IMPIC, I. P. - ATIVIDADE DESENVOLVIDA, CARACTERIZAÇÃO E ORIENTAÇÕES

3.1. ATIVIDADE DESENVOLVIDA - SÍNTESE DO ANO 2025

No âmbito da **qualificação dos agentes do setor da construção e do imobiliário**, no final de 2025, existiam 84.874 títulos habilitantes válidos, representando mais 6,9%, face a 2024, e mais 13,6% face a 2023.

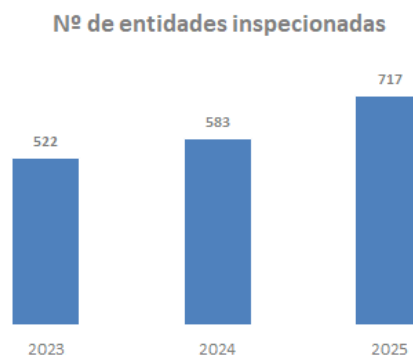


Verificou-se um crescimento de 7,9%, no número de atos regulatórios (25.157) face a 2024.

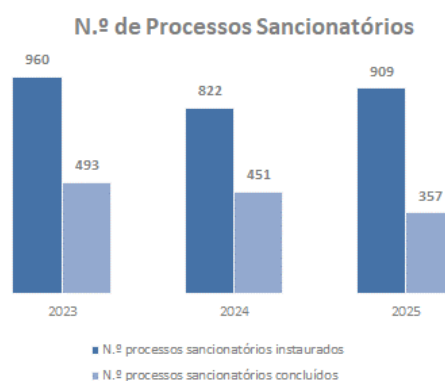
Foram emitidos mais alvarás (9,6%) e mais novos certificados (7,4%). O número de licenças de mediação imobiliária emitidas cresceu 22,8% face a 2024.

Ao nível da atividade **inspetiva**, em 2025, foram desencadeadas 215 ações inspetivas, abrangendo 59 concelhos, dos quais 49 em Portugal Continental, 6 na Região Autónoma da Madeira e 4 na Região Autónoma dos Açores, visando 717 entidades.

Face ao ano anterior, verificou-se um acréscimo de 23,0% no número de entidades inspecionadas.

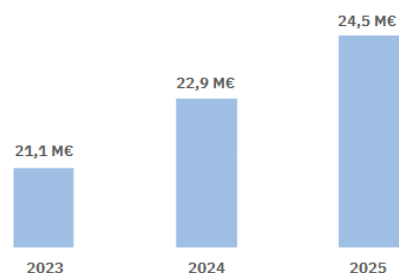


Relativamente ao **sancionamento** dos agentes do setor, foram instaurados 909 processos de contraordenação e concluídos 357. Destes, resultou a aplicação de 141 coimas, no valor total de 635.000 €, o que corresponde a um decréscimo de 22,3% do seu valor, face a 2024.



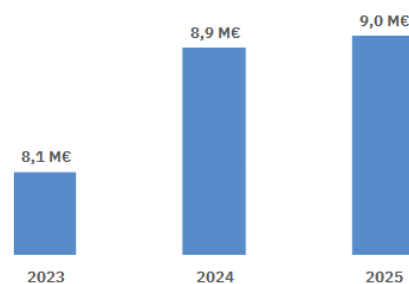
Em 2025, foi cobrada **receita** num montante de 24.485.598,68€, verificando-se um aumento de cerca de 7% face à receita arrecadada no ano anterior.

Receita arrecadada



Ao nível da **despesa**, no ano de 2025 foi apurado um montante de 9.034.311 €, representando um acréscimo de 1% face ao verificado em 2024.

Despesa efetuada



No final de 2025 foi efetuada a subscrição de certificados especiais de dívida de curto prazo (CEDIC). Esta subscrição foi realizada junto do IGCP, no âmbito das competências definidas no DL n.º 53/2022, de 12 de agosto, no montante de 102,1 milhões de euros.

3.2. CARACTERIZAÇÃO DO INSTITUTO

| | |
|-------------------------------|--|
| Orgânica | <ul style="list-style-type: none"> Decreto-Lei n.º 232/2015, de 13 de outubro |
| Natureza | <ul style="list-style-type: none"> Instituto público integrado na administração indireta do Estado Autonomia administrativa e financeira e património próprio Dependência tutelar e sob superintendência da Secretária de Estado da Habitação, Despacho n.º 11063/2025 de 19 de setembro |
| Órgãos | <ul style="list-style-type: none"> Conselho Diretivo Fiscal Único Conselho Consultivo, no âmbito do qual funciona a Comissão de Índices e Fórmulas de Empreitadas (CIFE) |
| Estrutura Orgânica | <ul style="list-style-type: none"> Direções: 5 Departamentos: 2 |
| Atividade de Regulação | <ul style="list-style-type: none"> Qualificação/Licenciamento de Empresas e plataformas eletrónicas Fiscalização e Inspeção Sancionamento Produção de propostas legislativas Informação Estatística Representação do setor em organismos europeus e internacionais Defesa do consumidor em colaboração com outras entidades |
| Atividades reguladas | <ul style="list-style-type: none"> Setor da Construção Setor do Imobiliário Contratos Públicos Plataformas eletrónicas de contratação pública |
| Principais Indicadores | <ul style="list-style-type: none"> N.º de títulos habilitantes válidos (construção e imobiliário): 84874 N.º empresas inspeccionadas: 717 N.º de ações inspetivas: 215 N.º de processos sancionatórios iniciados: 909 N.º de processos sancionatórios concluídos: 357 Prazo médio ponderado de títulos habilitantes: 6 dias Autonomia orçamental face às despesas (%): 272% |
| Recursos Humanos | <ul style="list-style-type: none"> 3 Membros do Conselho Diretivo 5 Dirigentes Intermédios de nível I 2 Dirigentes Intermédios de nível II 96 Colaboradores e colaboradoras |
| Recursos Financeiros | <ul style="list-style-type: none"> Orçamento anual no valor de 17,6M€, do lado da receita, tendo sido arrecadados 24,5M€. Do lado da despesa, o orçamento anual é de ±17,6M€ dos quais ficaram cativos 4,4M€. Foram executados 9M€, dos quais 1,3M€ em Transferências Correntes. A atividade de regulação é assegurada integralmente por receitas próprias, decorrentes das taxas emitidas |
| Localização | <ul style="list-style-type: none"> Sede na Av. Júlio Dinis, n.º 11 - 1069-010 Lisboa Delegação na Região Autónoma da Madeira (Funchal) Delegação na Região Autónoma dos Açores (Ponta Delgada) Delegação no Porto Postos de atendimento em Braga, Porto, Aveiro, Viseu, Coimbra, Lisboa, Évora e Faro |

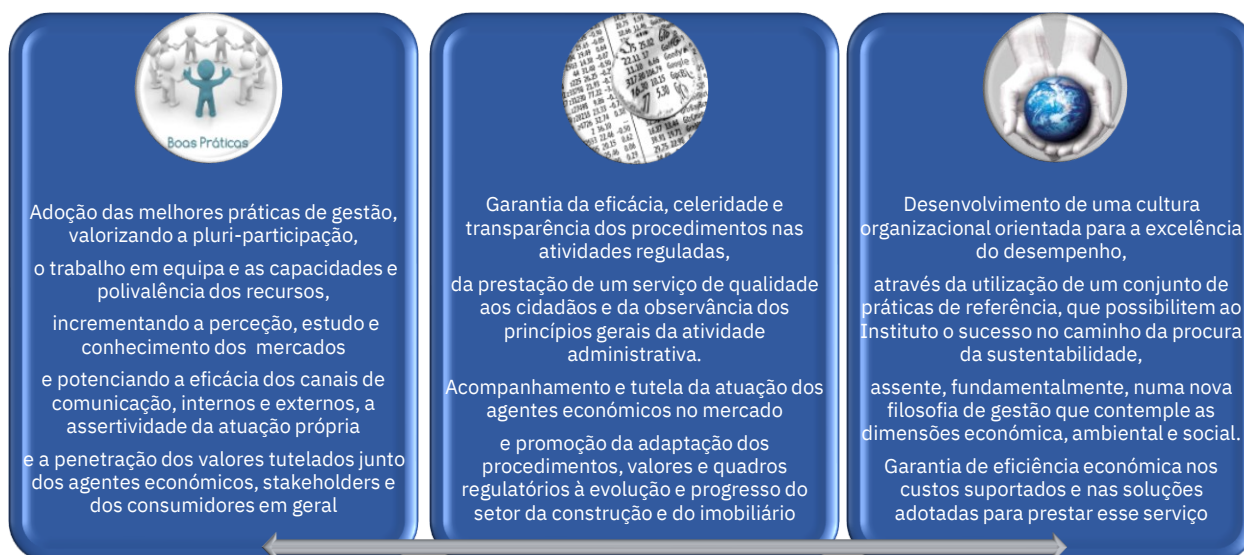
3.3. ORIENTAÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS PROSEGUIDAS PELO IMPIC, I. P.

O IMPIC, I. P. rege a sua atuação pela missão e atribuições que lhe estão cometidas, mas também pela necessidade de modernizar os seus serviços, torná-los mais eficazes e eficientes e com níveis superiores de qualidade.

Tendo em conta estes objetivos e os princípios definidos na Lei-Quadro dos Institutos Públicos¹ foram delineados para o IMPIC, I. P. os princípios orientadores que se materializam em objetivos estratégicos e operacionais, pretendendo reforçar a posição do Instituto no mercado, como regulador do setor da construção e do imobiliário e da contratação pública.

Estes princípios orientadores da gestão do instituto focam – para além da observância dos princípios gerais da atividade administrativa, da adoção das melhores práticas de gestão de organismos públicos e da prestação de um serviço aos cidadãos com a qualidade exigida por lei – a aposta na maximização da eficiência económica, através da implementação de uma filosofia de gestão baseada nas competências adequadas e no incremento da contribuição para o desenvolvimento do setor da construção e do imobiliário.

PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA GESTÃO DO IMPIC, I. P.



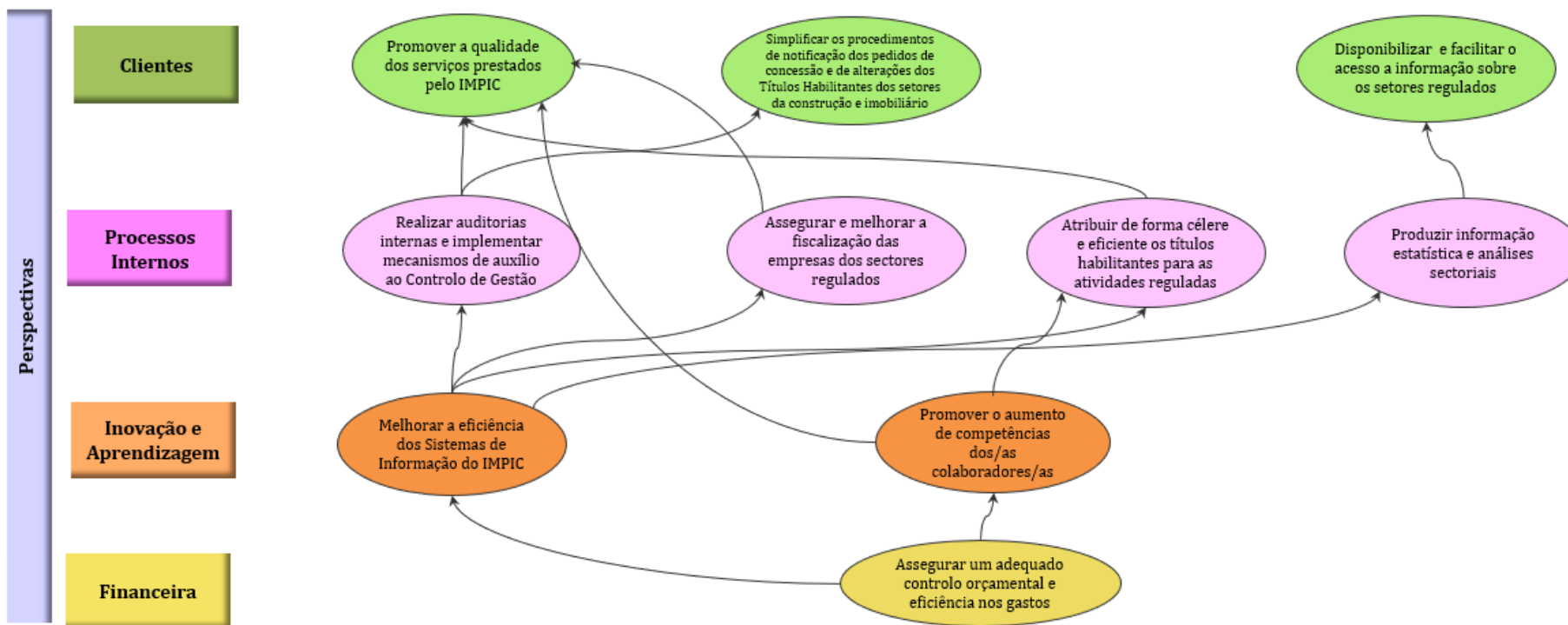
¹ Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro

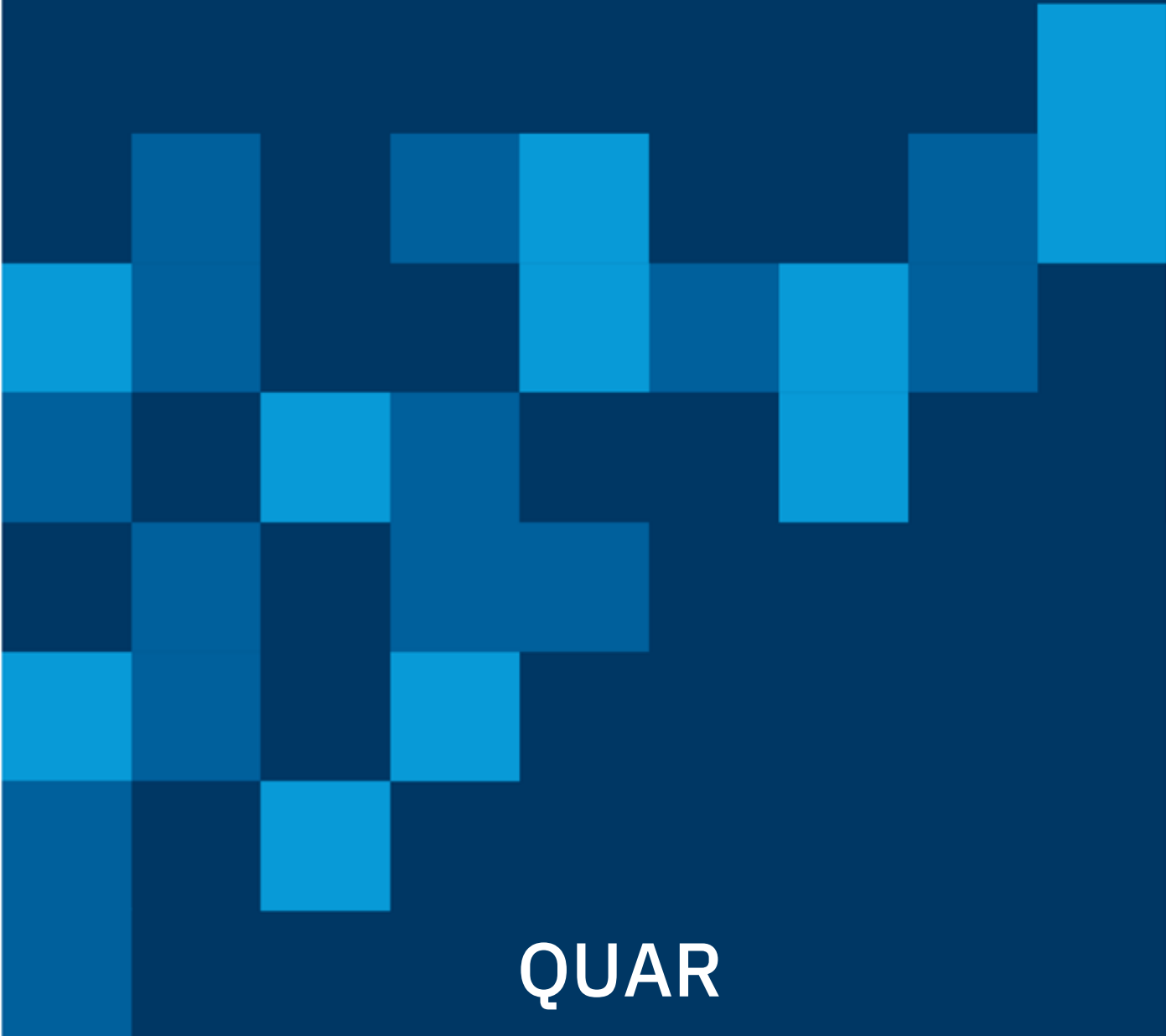
Estes princípios deram origem à definição dos Vetores Estratégicos e Objetivos Operacionais constantes do Mapa Estratégico 2025, segundo as quatro perspectivas: Clientes, Processos Internos, Inovação & Aprendizagem e Financeira.

MAPA ESTRATÉGICO 2025

| | | |
|--|--|--------------------------------|
| MISSÃO | VISÃO | VALORES |
| Regular e fiscalizar o sector da Construção e do Imobiliário, dinamizar, supervisionar e regulamentar as atividades desenvolvidas neste sector, produzir informação estatística e análises sectoriais e assegurar a atuação coordenada dos organismos estatais no sector, bem como a regulação dos contratos públicos. | Promover um sector da Construção e do Imobiliário moderno e competitivo e contribuir para uma Contratação Pública transparente e eficiente | Rigor, Isenção e Credibilidade |

| OBJETIVOS ESTRATÉGICOS | | | |
|--|---|--|---|
| Assegurar a Eficiência dos serviços prestados pelo IMPIC | Promover a Competitividade do Sector da Construção e do Imobiliário | Fomentar o Desenvolvimento e o Conhecimento dos Sector | Contribuir para a Eficiência e a Transparência na Contratação Pública |





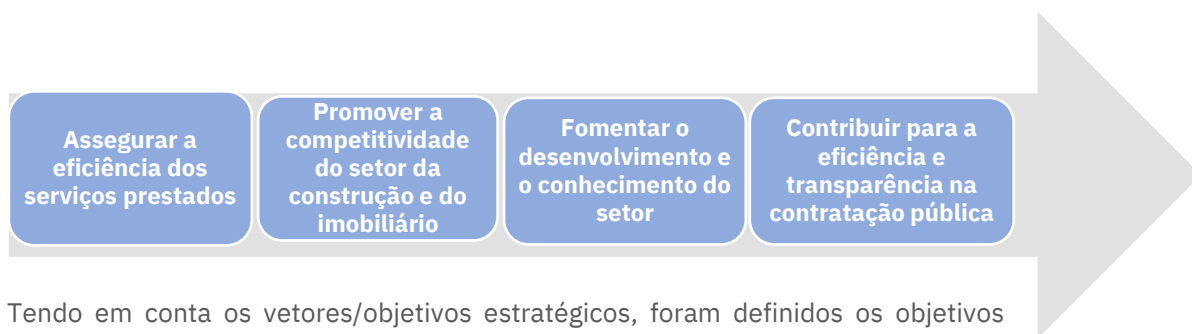
QUAR

Quadro de Avaliação e Responsabilização 2025

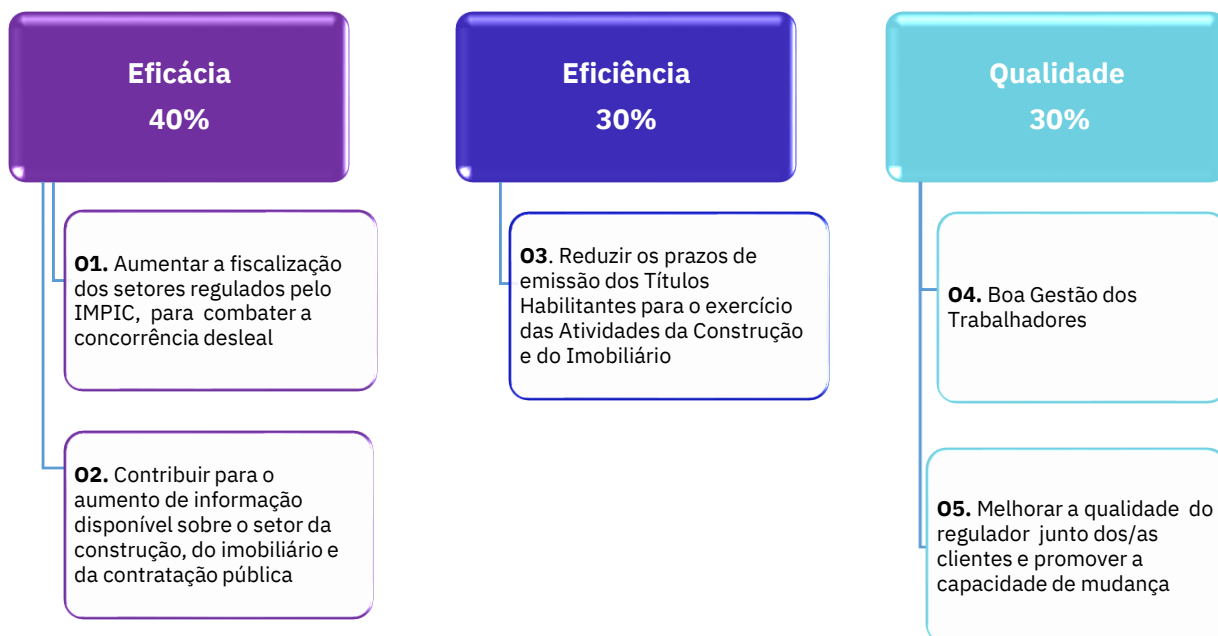
4. QUAR – QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO 2025

A autoavaliação do IMPIC, I. P. baseia-se na estrutura definida no art.º 15.º, da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, de modo a evidenciar os resultados alcançados e os desvios verificados face aos objetivos definidos.

Em 2025, a atividade do instituto desenvolveu-se em torno dos seguintes objetivos estratégicos:



Tendo em conta os vetores/objetivos estratégicos, foram definidos os objetivos operacionais, segundo três parâmetros: Eficácia, Eficiência e Qualidade:



4.1. QUAR 2025

| | |
|----------------------------------|---|
| Ciclo de Gestão: | 2025 |
| Designação do Serviço/Organismo: | Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P. |
| Missão: | Regular e fiscalizar o sector da construção e do imobiliário, dinamizar, supervisionar e regulamentar as atividades desenvolvidas neste sector, produzir informação estatística e análises sectoriais e assegurar a atuação coordenada dos organismos estatais no sector, bem como a regulação dos contratos públicos (Decreto-Lei n.º232/2015, de 13 de outubro) |

| Objetivos Estratégicos (OE) | Meta | Grau de concretização |
|---|---|-----------------------|
| OE1: Assegurar a eficiência nos serviços prestados pelo IMPIC | Mantém o grau de satisfação dos utilizadores dos serviços do IMPIC alcançado em 2023 | 132% |
| OE2: Promover a competitividade do sector da construção e do imobiliário | Revisão das Leis Regulatórias por forma a criar condições de concorrência leal e maior qualidade e profissionalismo dos agentes dos sectores regulados. Colaborar em iniciativas legislativas/regulamentares que reduzam custos (dematerialização e simplificação; incentivos a investimentos; carga fiscal...) | 95% |
| OE3: Fomentar o desenvolvimento e o conhecimento do sector | Aumentar a ação inspetiva, quer por via da fiscalização, quer por via de ações (in)formativas; | 127% |
| OE4: Contribuir para a eficiência e a transparência na contratação pública | Promover melhorias no Portal Base e ações (in)formativas; Fomentar a utilização dos serviços prestados pelo Centro de Competências para as Compras Públicas para a Inovação (Procure+) | 135% |

Objetivos Operacionais (OP)

EFICÁCIA Ponderação: 40%

| OE1; OE2; OE3 | OP1: Aumentar a fiscalização dos sectores regulados pelo IMPIC, para combater a concorrência desleal | Peso: | 70% | | | | | | | | | |
|----------------------------------|--|----------------|---------------------------|-----------|------------|---------------|------|-----------|--------------------|---------------|---------|-----|
| Indicadores | 2022 Resultado | 2023 Resultado | Última Monitorização 2024 | 2025 Meta | Tolerância | Valor Crítico | Peso | Resultado | Taxa de Realização | Classificação | Desvio | |
| Ind.1 | N.º de entidades inspecionadas | 858 | 522 | 481 | 500 | 50 | 600 | 60% | 717 | 154% | Superou | 54% |
| Ind.2 | N.º de processos de contraordenação concluídos | 485 | 493 | 284 | 400 | 50 | 500 | 40% | 357 | 100% | Atingiu | 0% |
| Grau de Realização do OP1 | | | | | | | | | | | 133% | |

| OE1; OE3; OE4 | OP2: Contribuir para o aumento de informação disponível sobre o sector da construção, do imobiliário e da contratação pública | Peso: | 30% | | | | | | | | | |
|----------------------------------|---|----------------|---------------------------|-----------|------------|---------------|------|-----------|--------------------|---------------|---------|-----|
| Indicadores | 2022 Resultado | 2023 Resultado | Última Monitorização 2024 | 2025 Meta | Tolerância | Valor Crítico | Peso | Resultado | Taxa de Realização | Classificação | Desvio | |
| Ind.3 | N.º de estudos e análises publicados sobre as áreas reguladas | 18 | 18 | 7 | 18 | 1 | 20 | 70% | 18 | 100% | Atingiu | 0% |
| Ind.4 | N.º de ações de formação dadas às Entidades Adjudicantes no âmbito da contratação pública | 22 | 14 | 18 | 15 | 1 | 19 | 30% | 22 | 144% | Superou | 44% |
| Grau de Realização do OP2 | | | | | | | | | | | 113% | |

EFICIÊNCIA Ponderação: 30%

| OE 1; OE2 | OP3: Reduzir os prazos de emissão dos Títulos Habilitantes para o exercício das Atividades da Construção e do Imobiliário | Peso: | 100% | | | | | | | | | |
|----------------------------------|---|----------------|---------------------------|-----------|------------|---------------|------|-----------|--------------------|---------------|---------|-----|
| Indicadores | 2022 Resultado | 2023 Resultado | Última Monitorização 2024 | 2025 Meta | Tolerância | Valor Crítico | Peso | Resultado | Taxa de Realização | Classificação | Desvio | |
| Ind.5 | % de novos Títulos Habilitantes do Setor da Construção emitidos num prazo de até 13 dias | - | - | 82% | 70% | 5% | 80% | 50% | 86% | 139% | Superou | 39% |
| Ind.6 | % de novos Títulos Habilitantes do Setor do Imobiliário emitidos num prazo de até 13 dias | - | - | 72% | 70% | 5% | 80% | 50% | 96% | 164% | Superou | 64% |
| Grau de Realização do OP3 | | | | | | | | | | | 152% | |

QUALIDADE Ponderação: 30%

| OE1; | OP4: Boa Gestão dos Trabalhadores | Peso: | 60% | | | | | | | | | |
|----------------------------------|---|----------------|---------------------------|-----------|------------|---------------|------|-----------|--------------------|---------------|---------|-----|
| Indicadores | 2022 Resultado | 2023 Resultado | Última Monitorização 2024 | 2025 Meta | Tolerância | Valor Crítico | Peso | Resultado | Taxa de Realização | Classificação | Desvio | |
| Ind.7 | Taxa de aprovação de requerimentos elegíveis, relativos à organização do tempo de trabalho e que visam a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal (excluído a aprovação condicionada por imposição local) | - | - | 100% | 85% | 2% | 90% | 40% | 100% | 175% | Superou | 75% |
| Ind.8 | Número de ações/dinâmicas de desenvolvimento organizacional/identidade organizacional | - | - | 2 | 4 | 1 | 6 | 35% | 4 | 100% | Atingiu | 0% |
| Ind.9 | Número de ações de formação/sensibilização realizadas em matérias de SST e Igualdade de Género | - | - | 4 | 2 | 1 | 4 | 25% | 3 | 100% | Atingiu | 0% |
| Grau de Realização do OP4 | | | | | | | | | | | 130% | |

| OE1; OE2 | OP5: Melhorar a qualidade do regulador junto dos/as clientes e promover a capacidade de mudança | Peso: | 40% | | | | | | | | | |
|----------------------------------|---|----------------|---------------------------|-----------|------------|---------------|------|-----------|--------------------|---------------|---------|----|
| Indicadores | 2022 Resultado | 2023 Resultado | Última Monitorização 2024 | 2025 Meta | Tolerância | Valor Crítico | Peso | Resultado | Taxa de Realização | Classificação | Desvio | |
| Ind.10 | Pontuação obtida na avaliação qualitativa com base num inquérito a realizar sobre o regulador junto das empresas do sector da construção e do imobiliário, obedecendo a uma escala composta por 5 níveis (1 - Muito Insatisfeito; 2 - Insatisfeito; 3 - Pouco Satisfeito; 4 - Satisfeito; 5 - Muito Satisfeito) | 4,04 | 4,09 | - | 4,00 | 0,50 | 5,00 | 100% | 4,06 | 100% | Atingiu | 0% |
| Grau de Realização do OP5 | | | | | | | | | | | 100% | |

| AVALIAÇÃO FINAL DO QUAR | | | | |
|--|--------------|--------------------------|----------------------------|---------------------------|
| | Âmbito | Eficácia Ponderação: 40% | Eficiência Ponderação: 30% | Qualidade Ponderação: 30% |
| Avaliação de acordo com os requisitos previstos no artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro | Quantitativa | 132% | | |
| | Qualitativa | | | |

4.2. GRAU DE CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS OPERACIONAIS DEFINIDOS NO QUAR 2025

No final do ano de 2025, dos cinco objetivos operacionais estabelecidos, quatro foram superados e um atingido.

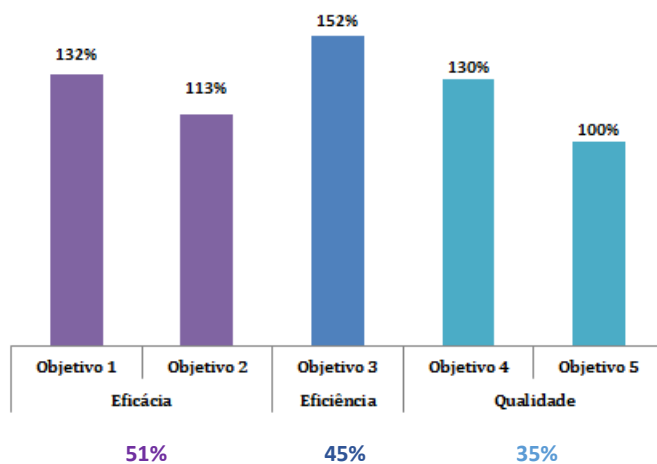
O parâmetro **Eficácia** compreende dois objetivos, com quatro indicadores, dos quais, dois foram superados e dois atingidos.

O parâmetro **Eficiência** compreende um objetivo, com dois indicadores, que foram superados.

O parâmetro **Qualidade** compreende dois objetivos com quatro indicadores, dos quais, um foi superado e três atingidos.

Tendo em consideração a fórmula definida, a avaliação do IMPIC, no final do ano 2025, é de **132%**.

Taxa de realização dos Objetivos 2025



| Parâmetro | Objetivo | Indicador | Meta 2025 | Resultado 4º Trim. 2025 | Taxa de Realização | Avaliação |
|------------------------|----------|-----------|-----------|-------------------------|--------------------|-------------|
| Eficácia | O1 | I1 | 60% | 500 | 717 | 154% |
| | | I2 | 40% | 400 | 357 | 100% |
| | O2 | I3 | 70% | 18 | 18 | 100% |
| | | I4 | 30% | 15 | 22 | 144% |
| Eficiência | O3 | I5 | 50% | 70% | 86% | 139% |
| | | I6 | 50% | 70% | 96% | 164% |
| Qualidade | O4 | I7 | 40% | 85% | 100% | 175% |
| | | I8 | 35% | 4 | 4 | 100% |
| | | I9 | 25% | 2 | 3 | 100% |
| | O5 | I10 | 100% | 4,00 | 4,06 | 100% |
| Avaliação Final | | | | | | 132% |

4.3. ANÁLISE DOS RESULTADOS ALCANÇADOS E DOS DESVIOS VERIFICADOS NO QUAR 2025

PARÂMETRO EFICÁCIA

Objetivo 01. Aumentar a fiscalização dos setores regulados pelo IMPIC, para combater a concorrência desleal

| Objetivo 1 | Aumentar a fiscalização dos setores regulados pelo IMPIC, para combater a concorrência desleal | Meta 2025 | Resultado 4º Trím. 2025 | Taxa de Realização |
|-------------|--|-----------|-------------------------|--------------------|
| Indicador 1 | N.º de entidades inspecionadas | 500 | 717 | 154% |
| Indicador 2 | N.º de processos de contraordenação concluídos | 400 | 357 | 100% |

O objetivo de aumentar a fiscalização do setor e combater a concorrência desleal, apresenta no final do ano de 2025, uma taxa de realização de 132%. Neste período foram inspecionadas 717 entidades, das quais, 683 no setor da construção e 34 no setor do imobiliário. Foram concluídos 357 processos de contraordenação, dos quais, 233 relacionados com o setor da construção, 3 com o setor do imobiliário, 93 da área da contratação pública e 28 de outras.

Objetivo 02. Contribuir para o aumento da informação disponível sobre o setor da construção, do imobiliário e da contratação pública

| Objetivo 2 | Contribuir para o aumento de informação disponível sobre o setor da construção, do imobiliário e da contratação pública | Meta 2025 | Resultado 4º Trím. 2025 | Taxa de Realização |
|-------------|---|-----------|-------------------------|--------------------|
| Indicador 3 | N.º de estudos e análises publicados sobre as áreas reguladas | 18 | 18 | 100% |
| Indicador 4 | N.º de ações de formação dadas às Entidades Adjudicantes no âmbito da contratação pública | 15 | 22 | 144% |

No ano de 2025 foram publicados 18 relatórios sobre as atividades reguladas pelo IMPIC, I. P., nomeadamente:

- Relatório de Análise económico-financeira das empresas de construção - 2024;
- Relatório de Análise económico-financeira das empresas de mediação imobiliária - 2024;
- Relatório Anual do setor da construção - 2024;
- Relatório do 1º Semestre do setor da Construção - 1º semestre de 2025;
- Síntese Mensal da Contratação Pública (12);
- Relatório Anual da Contratação Pública em Portugal– 2024;

- Relatório de Avaliação da Satisfação dos Agentes dos Setores da Construção e da Mediação Imobiliária – 2025

Durante o ano de 2025 foram realizadas 22 ações de formação no âmbito da Contratação Pública. O objetivo foi superado com uma taxa de realização de 113%.

PARÂMETRO EFICIÊNCIA

Objetivo O3. Reduzir os prazos de emissão dos Títulos Habilitantes para o exercício das Atividades da Construção e do Imobiliário

| Objetivo 3 | Reduzir os prazos de emissão dos Títulos Habilitantes para o exercício das Atividades da Construção e do Imobiliário | Meta 2025 | Resultado 4º Trím. 2025 | Taxa de Realização |
|-------------|--|-----------|-------------------------|--------------------|
| Indicador 5 | % de novos Títulos Habilitantes do Setor da Construção emitidos num prazo de até 13 dias | 70% | 86% | 139% |
| Indicador 6 | % de novos Títulos Habilitantes do Setor do Imobiliário emitidos num prazo de até 13 dias | 70% | 96% | 164% |

No ano de 2025 foram emitidos, em até 13 dias, 8980 novos títulos para o setor da construção, que corresponde a 86% dos novos títulos emitidos, e 2074 novas licenças de mediação imobiliária o que representa 96% do total de novas licenças emitidas. O objetivo 3 atingiu um grau de realização de 152%.

PARÂMETRO QUALIDADE

Objetivo O4. Boa Gestão dos Trabalhadores

| Objetivo 4 | Boa Gestão dos Trabalhadores | Meta 2025 | Resultado 4º Trím. 2025 | Taxa de Realização |
|-------------|---|-----------|-------------------------|--------------------|
| Indicador 7 | Taxa de aprovação de requerimentos elegíveis, relativos à organização do tempo de trabalho e que visam a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal | 85% | 100% | 175% |
| Indicador 8 | Número de ações/ dinâmicas de desenvolvimento organizacional/ identidade organizacional | 4 | 4 | 100% |
| Indicador 9 | Número de ações de formação/sensibilização realizadas em matérias de SST e Igualdade de Género | 2 | 3 | 100% |

No ano de 2025 foram submetidos oito requerimentos considerados elegíveis que foram aprovados. Foram concretizadas quatro ações no âmbito do desenvolvimento organizacional e três ações de formação / sensibilização em matéria de SST e Igualdade de Género. O objetivo apresenta uma taxa de realização de 130%.

Objetivo 05. Melhorar a qualidade do regulador junto dos/as clientes e promover a capacidade de mudança

| Objetivo 5 | Melhorar a qualidade do regulador junto dos(as) clientes e promover a capacidade de mudança | Meta 2025 | Resultado 4º Trim. 2025 | Taxa de Realização |
|--------------|--|-----------|-------------------------|--------------------|
| Indicador 10 | Pontuação obtida na avaliação qualitativa com base num inquérito a realizar sobre o regulador junto das empresas do setor da construção e do imobiliário | 4,00 | 4,06 | 100% |

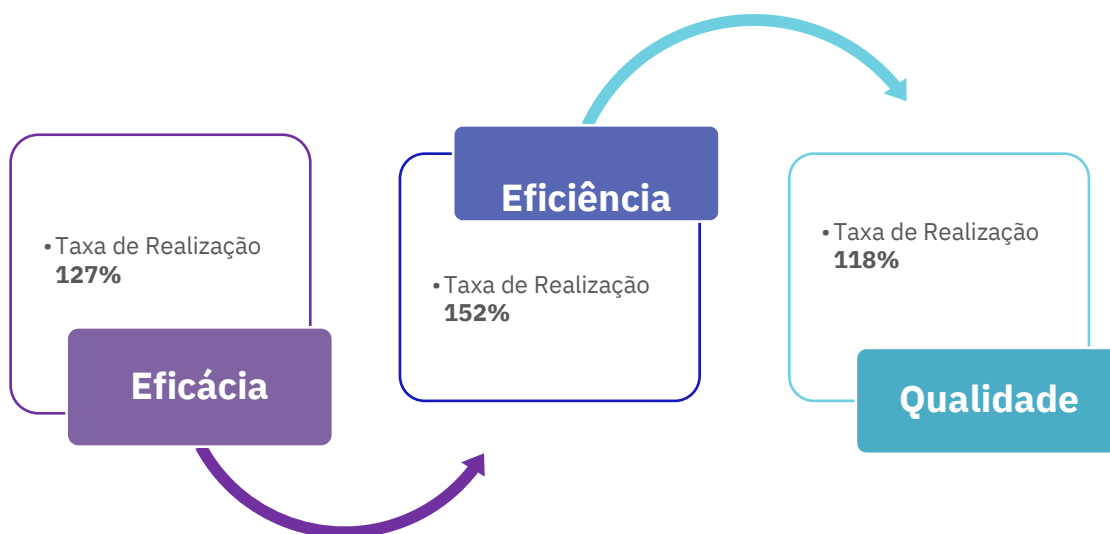
O inquérito de satisfação realizado junto das empresas dos setores da construção e do imobiliário foi concretizado no último trimestre do ano.

O resultado obtido permitiu apurar um índice de satisfação dos Agentes dos Setores da Construção e do Imobiliário de 4,06 pontos, correspondendo a uma classificação de “Satisfeito”, na escala de 1 (muito insatisfeito) a 5 (muito satisfeito).

O objetivo foi cumprido, com uma taxa de realização de 100%, tendo em consideração a tolerância definida de 0,5 pontos.

4.4. INDICADORES COM TAXA DE REALIZAÇÃO ACIMA DE 125%

O IMPIC, I. P. teve um desempenho positivo no que respeita aos três parâmetros considerados, tendo superado as respetivas taxas de realização nos parâmetros de eficácia e eficiência, da qualidade. Quanto aos 10 indicadores previstos, foram superados cinco indicadores e atingidos outros cinco.



Apresenta-se, de seguida, o quadro síntese com a justificação dos desvios verificados nos resultados obtidos, relativamente a cada indicador com taxa de realização acima de 125%.

| Objetivo Operacional | Indicador | Taxa de realização | Justificação do desvio |
|--|--|--------------------|---|
| OP1: Aumentar a fiscalização dos setores regulados pelo IMPIC, para combater a concorrência desleal | Indicador 1: N.º de entidades inspeccionadas | 154% | Destacamos, em extra Plano Anual de Ações Inspecivas, a realização de uma ação inspetiva intensiva com a missão de detetar e combater o exercício ilegal do exercício da atividade de construção. Esta ação teve a sua incidência nos Distritos de Leiria, Coimbra, Aveiro, Viseu e Guarda, abarcando 36 concelhos, tendo revestido uma vertente mista, combinando a divulgação de informação de forma pedagógica com a atuação inspetiva habitual, nos casos de exercício da atividade da construção sem habilitação, ou com habilitação insuficiente tendo em conta o valor da obra, quer dos empreiteiros, quer dos subempreiteiros. A taxa de superação atingida deve-se à contribuição de dois fatores concomitantes: é o resultado dessa ação inspetiva intensiva com a missão de detetar e combater o exercício ilegal do exercício da atividade de construção, e nos locais visados pela ação inspetiva, existirem mais entidades do que as visadas no planeamento inicial (resultantes das cadeias de subcontratação no caso das empreitadas, da partilha de angariações na atividade de mediação imobiliária e, nas verificações BCFT, estarem envolvidas diversas entidades obrigadas como intervenientes nas transações). |
| OP2: Contribuir para o aumento de informação disponível sobre o setor da construção, do imobiliário e da contratação pública | Indicador 4: N.º de ações de formação dadas às Entidades Adjudicantes no âmbito da contratação pública | 144% | Este indicador foi superado para além do expectável, mas resultou da aposta de melhoria de comunicação externa, do aumento de protocolos de colaboração com entidades formadoras e com a Academia, mas também resultado das últimas alterações ao CCP, ao cada vez maior interesse pelas compras públicas sustentáveis e à implementação dos e-forms. Também podemos dizer que as entidades adjudicantes estão cada vez mais sensibilizadas em utilizar bem a contratação pública, não só para saber como comprar, mas sobre o que comprar, utilizando a contratação pública como ferramenta estratégica. |

| Objetivo Operacional | Indicador | Taxa de realização | Justificação do desvio |
|---|--|--------------------|---|
| OP3: Reduzir os prazos de emissão dos Títulos Habilitantes para o exercício das Atividades da Construção e do Imobiliário | Indicador 5: % de novos Títulos Habilitantes do Setor da Construção emitidos num prazo de até 13 dias | 139% | <p>A superação do indicador resultou de um conjunto de ações internas implementadas, não só com o objetivo de facilitar a interação com o utilizador externo, mas também para dar resposta à crescente redução de recursos humanos.</p> <p>Neste âmbito, foi desenvolvida no sistema de gestão documental uma solução alternativa para o envio de comunicações eletrónicas, na sequência da criação de formulários de comunicação no Portal do IMPIC.</p> |
| | Indicador 6: % de novos Títulos Habilitantes do Setor do Imobiliário emitidos num prazo de até 13 dias | 164% | <p>Esta solução permitiu:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A disponibilização de um formulário de resposta automática ao operador económico (OE) aquando da receção da comunicação; • O registo automático, no sistema, das respostas submetidas pelo OE, com encaminhamento direto para a fila de trabalho do técnico responsável, para efeitos de análise técnica; • O aumento da eficiência e eficácia na instrução dos processos, com conseqüente libertação de recursos da Coordenação Administrativa; • A redução dos prazos de instrução dos processos de concessão/alteração de títulos habilitantes de construção e de mediação imobiliária; • A melhoria do serviço prestado ao operador económico. <p>Implementação de automatismos com vista à redução do peso burocrático na tramitação dos pedidos de concessão de títulos habilitantes, desde a sua receção até à emissão e envio das taxas devidas. Esta otimização processual contribuiu de forma decisiva para a diminuição dos prazos de emissão de novas licenças de mediação imobiliária e construção, justificando a superação da meta definida.</p> |

| Objetivo Operacional | Indicador | Taxa de realização | Justificação do desvio |
|-----------------------------------|--|--------------------|--|
| OP4: Boa Gestão dos Trabalhadores | Indicador 7: Taxa de aprovação de requerimentos elegíveis, relativos à organização do tempo de trabalho e que visam a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal | 175% | Tendo em conta que este indicador é relativo aos pedidos que, não sendo de autorização legal, mas dependente de deliberação do CD, e que a cada vez maior ausência de recursos humanos nos leva a uma maior prudência na análise, uma vez que se tem de avaliar as razões invocadas e o impacto no serviço, foi, mesmo assim, possível responder positivamente a todos os pedidos efetuados. Até porque, para além das razões invocadas terem de ser fundamentadas e válidas, especialmente do ponto de vista “humano”, em toda esta análise tem de se avaliar a preocupação em se proporcionar maior conciliação da vida pessoal com a profissional, com a desmotivação latente e “cansaço” que as equipas demonstram pelo esforço em manter a imagem do IMPIC, em cumprir os objetivos, e com cada vez menos recursos. |



Plano de Atividades 2025

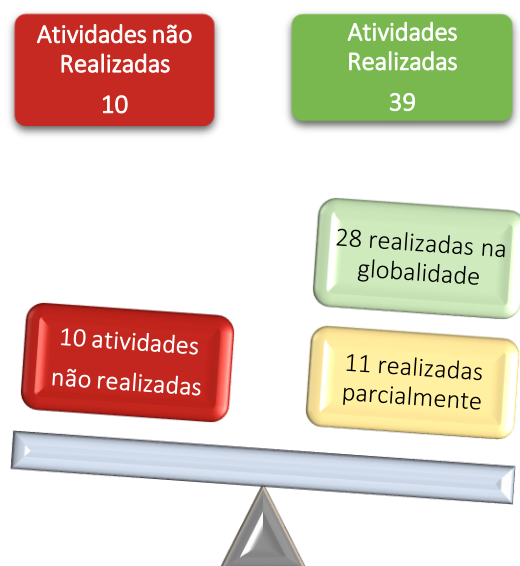
5. PLANO DE ATIVIDADES 2025

5.1. RESULTADOS ALCANÇADOS

No Plano de Atividades 2025 do IMPIC, I. P. foi apresentado o Mapa Estratégico com a identificação de 10 objetivos interligados.

Foram estabelecidas 49 atividades a desenvolver. Destas, 28 foram realizadas, 11 foram parcialmente realizadas ou ainda se encontram em desenvolvimento e 10 não foram concretizadas.

Tendo em consideração esta contabilização, verificou-se uma taxa de realização de 80% do planeamento previsto para o ano de 2025.



5.2. CONCRETIZAÇÃO DAS ATIVIDADES PREVISTAS NO PLANO DE ATIVIDADES 2025

Os quadros seguintes referem todas as atividades, respetivas metas e resultado alcançado.

De forma a facilitar a leitura, foi definida a seguinte legenda de cores e símbolos para a coluna “Status”:

| | |
|---|---|
| √ | Atividade realizada na globalidade |
| ↗ | Atividade parcialmente realizada |
| X | Atividade não realizada |

Atividades previstas para 2025

| 01 | REGULAÇÃO DO SETOR DA CONSTRUÇÃO E DO IMOBILIÁRIO | | | Unidade Orgânica | Grandeza | Unidade de medida | Meta | Calendarização | Resultado | Status |
|-------|---|----------|--|------------------|---|-----------------------------------|--------------------------------|----------------|-----------|--------|
| 01.01 | Licenciamento de empresas | 01.01.01 | Atribuir os títulos habilitantes para o exercício das diversas atividades do setor da construção em todo o território, reduzindo o prazo médio de emissão | DQL | títulos | % de títulos emitidos até 13 dias | 70% até 13 dias | 31/03/2025 | 86% | ✓ |
| | | 01.01.02 | Atribuir os títulos habilitantes para o exercício das diversas atividades do setor do imobiliário em todo o território, reduzindo o prazo médio de emissão | DQL | títulos | % de títulos emitidos até 13 dias | 70% até 13 dias | 31/12/2025 | 96% | ✓ |
| 01.02 | Sancionamento | 01.02.01 | Realizar processos de contraordenação e coimas | DJCP | processos | unid. | 400 | 31/12/2025 | 357 | ✓ |
| 01.03 | Índices de referência para a revisão de preços em Empreitadas (CIFE) | 01.03.01 | Atualizar e divulgar os índices de revisão de preços em empreitadas de obras públicas | DFEE | índices | unid. | 12 | 31/12/2025 | 12 | ✓ |
| 01.04 | Representação do IMPIC | 01.04.01 | Participar em grupos de trabalho nas áreas reguladas | DFEE | pedidos de participação | % participação | Assegurar 100% de participação | 31/12/2025 | 100% | ✓ |
| 01.05 | Inspeção e Fiscalização | 01.05.01 | Realizar ações de inspeção e fiscalização às empresas e empresários que exercem atividade no setor da construção e do imobiliário, em todo o território nacional | DI | entidades inspecionadas | unid. | 500 | 31/12/2025 | 717 | ✓ |
| 01.06 | Prevenir e combater o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo | 01.06.01 | Proceder à monitorização das transações imobiliárias comunicadas ao IMPIC, I.P e cooperar com o DCIAP e a UIF /PJ facultando a informação necessária ao cumprimento das atribuições daquelas entidades | DI | n.º de transações imobiliárias comunicadas | unid. | 426 | 31/12/2025 | 117 | ↗ |
| 01.07 | Produção legislativa e emissão de pareceres técnicos e jurídicos | 01.07.01 | Participar na emissão de pareceres técnicos e jurídicos relacionados com os setores regulados, em matéria de prevenção e combate ao BCFT, por sua iniciativa, a solicitação da tutela ou no seio de grupos de trabalho em que o IMPIC tenha representação e relacionadas com as áreas de intervenção do IMPIC, I.P. | DI | pedidos de participação | % participação | Assegurar 100% de participação | 31/12/2025 | 100% | ✓ |
| 01.08 | Tratamento de reclamações, participações, denúncias e queixas | 01.08.01 | Realizar todas as diligências necessárias à investigação do cumprimento das disposições legais, na sequência de reclamações, participações, denúncias e queixas, oficiosamente ou por determinação | DI | investigar atos identificados potencialmente ilícitos | % atos investigados | 60% | 31/12/2025 | 89% | ✓ |
| 01.09 | Participação em grupos de trabalho externos | 01.09.01 | Integrar e participar nos grupos de trabalho, nacionais e internacionais, em que o IMPIC, I.P. é designado ou é membro, relacionados com os setores regulados e com a matéria da prevenção e combate ao BCFT, nomeadamente o Secretariado Técnico Permanente da Comissão de Coordenação das Políticas de Prevenção e Combate ao BCFT, no Comité Executivo da referida Comissão e na Delegação Portuguesa ao GAFI | DI | participação nos grupos de trabalho | % de participação | 100% | 31/12/2025 | 100% | ✓ |
| | | 01.09.02 | Participar em trabalhos de avaliação de países membros do GAFI ou de organizações regionais tipo GAFI, em matéria de BCFT e em representação do IMPIC, I.P. e da Delegação Portuguesa ao GAFI e para os quais a participação do IMPIC seja requisitada | DI | participação nos grupos de trabalho | % de participação | 100% | 31/12/2025 | 100% | ✓ |

| 02 | REGULAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA | | | Unidade Orgânica | Grandeza | Unidade de medida | Meta | Calendarização | Resultado | Status |
|-------|---|----------|---|------------------|---|---------------------------|---|----------------|---|--------|
| 02.01 | Representação do Estado Português junto da Comissão Europeia | 02.01.01 | Participar em grupos de trabalho relacionados com Public Procurement (PP) junto da Comissão Europeia (CE) | DFEE | Participação em grupos de trabalhos no âmbito de PP junto da CE | unid. | 3 | 31/12/2025 | 2 reuniões do grupo EXEP 1 reunião do grupo eCertis | ✓ |
| | | 02.01.02 | Lançamento da rede Public Procurement Network (PPN) | DFEE | ativação da rede Public Procurement Network (PPN) | % de implementação | 100,00% | 31/12/2025 | Rede criada no início de 2025. 3 reuniões online 1 reunião híbrida | ✓ |
| 02.02 | Contratação Pública Eletrónica | 02.02.01 | Apoio aos utilizadores do Portal BASE (Helpdesk de voz e escrito) | EPCPE | tickets acumulados a 31/12/2024 | n.º de tickets acumulados | Diminuir o número acumulado de tickets em 20% | 31/12/2025 | Diminuição em 49% | ✓ |
| | | 02.02.02 | Ações de capacitação no âmbito da Contratação Pública Estratégica | CD/EPCPE | ações de capacitação | unid. | 4 | 31/12/2025 | Módulo de Compras Públicas Sustentáveis em 3 edições do FA-AP DI do INA; Módulo de Contratação Pública Estratégica no curso avançado Contratação pública e regime substantivo dos contratos administrativos da UNIFOP do Observatório Permanente da Justiça - Universidade de Coimbra | ✓ |
| | | 02.02.03 | Manutenção da KnowledgeBase | EPCPE | revisão KnowledgeBase | unid. | 2 revisões (final semestre) | 31/12/2025 | 2 revisões | ✓ |
| 02.03 | Produção legislativa e emissão de pareceres técnico-jurídicos | 02.03.01 | Preparar projetos de diplomas legais, por iniciativa própria ou solicitação da tutela, relacionados com a contratação pública | DFEE | elaboração de projetos com prazo | % de cumprimento do prazo | 80% no prazo estabelecido | 31/12/2025 | Não se registaram pedidos deste tipo. | ✗ |
| 02.04 | Regulação das plataformas eletrónicas de contratação pública | 02.04.01 | Assegurar a fiscalização das plataformas eletrónicas (PE) | DI | ação de fiscalização às PE com produção de relatório | unid. | 1 | 31/12/2025 | 0 | ✗ |
| 02.05 | Efetuar o tratamento das participações, denúncias e queixas | 02.05.01 | Realizar todas as diligências necessárias à investigação do cumprimento das disposições legais, na sequência de participações, denúncias e queixas, oficiosamente ou por determinação | DI | investigar atos identificados potencialmente ilícitos | % atos investigados | 60% | 31/12/2025 | 44% | ➔ |

| 3 | RELACIONAMENTO COM OS "STAKEHOLDERS" | | | Unidade Orgânica | Grandeza | Unidade de medida | Meta | Calendarização | Resultado | Status |
|-------|---|----------|--|------------------|---|--|------|----------------|--|--------|
| 03.01 | Promover a divulgação do Portal dos Contratos Públicos junto de instâncias nacionais e comunitárias | 03.01.01 | Promover junto das instâncias comunitárias o estado de arte de Portugal no que concerne à contratação pública e à transparência e accountability já atingido pelo nosso país, tendo em conta o papel destacado e inovador que Portugal tem tido nesta matéria face aos países que integram a União Europeia | DFEE/DJCP/EPCPE | relatórios | unid. | 2 | 31/12/2025 | DFEE: Apresentação da situação da contratação digital em Portugal no workshop que se a comissão europeia organiza anualmente. EPCPE: Apresentação do ponto de situação da implementação dos novos anúncios em Portugal. | ✓ |
| 03.02 | Efetuar inquéritos de opinião junto dos principais Stakeholders do IMPIC | 03.02.01 | Elaborar o inquérito de opinião junto dos agentes dos setores da construção, do imobiliário e das entidades adjudicantes para aferir a qualidade dos serviços prestados pelo IMPIC, I.P. e auscultar as necessidades e o grau de satisfação das empresas inscritas no IMPIC, I.P., analisando os resultados em relatório | DFEE | inquérito e relatório | unid. | 1 | 31/12/2025 | 1 | ✓ |
| | | 03.02.02 | Análise do questionário nacional sobre a implementação da contratação pública | DFEE | análise com produção de relatório após encerramento dos questionários | relatório final | 1 | 31/12/2025 | 1 | ✓ |
| 03.03 | Promover o acesso à informação pelos agentes regulados | 03.03.01 | Realizar ações de esclarecimento e divulgação das obrigações legais dos setores regulados e em sede de BCFT | DI | ações de esclarecimento | unid. | 2 | 31/12/2025 | 3 | ✓ |
| 03.04 | Prazo médio de pagamento de 30 dias | 03.04.01 | Garantir o prazo médio de pagamento de 30 dias | DF | faturas emitidas | % de faturas pagas dentro dos 30 dias após emissão | 90% | 31/12/2025 | 85% | ↗ |
| 03.05 | Processamento de compromissos até 3 dias | 03.05.01 | Garantir o processo contabilístico e orçamental do compromisso até 3 dias após pedido pela DA | DF | compromissos solicitados | % compromissos emitidos até 3 dias após pedido | 90% | 31/12/2025 | 90% | ✓ |

| 4 | MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA | | | Unidade Orgânica | Grandeza | Unidade de medida | Meta | Calendarização | Resultado | Status |
|-------|--|----------|--|-----------------------|--|-------------------|------|-------------------|---|--------|
| 04.01 | Contratação pública | 04.01.01 | Fazer a evolução do Portal Nacional de Fornecedores do Estado (PNFE), através da implementação de novas funcionalidades e correção de falhas de interoperabilidade atualmente existentes | DFEE/DIAA | implementação do PNFE - versão melhorada | % implementação | 100% | 3º trimestre 2025 | Correção de erros e inclusão de novas funcionalidades e mudanças no registo com inclusão de modos de autenticação mais seguros. De acordo com o contrato, o desenvolvimento foi faseado para duas datas: uma parte para final de dezembro 2025 e o restante para final de fevereiro 2026 | ✓ |
| 04.02 | Promover o acesso à informação pelos agentes regulados através de novos desenvolvimentos | 04.02.01 | Desenvolvimento de site para área reservada (IMPIC uma só vez) | DIAA/DI/DQL | implementação do software | % implementação | 100% | segundo semestre | Após contratação de serviços externos para levantamento de requisitos e elaboração de caderno de encargos, o resultado ficou além do esperado. Internamente, apesar da ausência de recursos internos, procurou-se melhorar a qualidade dos documentos produzidos. Este trabalho foi concluído em fevereiro de 2026. Aguarda-se o lançamento de um Concurso Público com Publicação no JOUE | ✗ |
| | | 04.02.02 | Desenvolvimento de site para área pública | DIAA/DI/DQL/DJCP/DARH | implementação de novo site | % implementação | 100% | segundo semestre | Apesar da ausência de capacidade interna, elaborou-se caderno de encargos e aguardou-se potenciais orientações relativos à Reforma do Estado e modernização administrativa | ✗ |
| 04.03 | Desenvolvimento de aplicações | 04.03.01 | Desenvolvimento de aplicação para Inspeção | DIAA/DI | implementação | % implementação | 100% | segundo semestre | Não há capacidade interna. Solicitou-se apoio de entidades científicas (Academia), sem sucesso. Em 2026 candidatámo-nos ao AI Experience LAB | ✗ |
| | | 04.03.02 | Desenvolvimento de aplicação para o tratamento das Reclamações Queixas, Denúncias e Sancionamento | DIAA/DI/DJCP | implementação | % implementação | 50% | 31/12/2025 | Não há capacidade interna. Solicitou-se apoio de entidades científicas (Academia), sem sucesso. Em 2026 candidatámo-nos ao AI Experience LAB | ✗ |
| 04.04 | Módulo faturação | 04.04.01 | Implementação do módulo de guias e faturação | DARH/DF/DQL/DJCP | implementação do módulo | % implementação | 100% | 31/12/2025 | O módulo foi implementado. O procedimento de contratação para a aquisição do módulo foi concluído, tendo sido celebrado contrato em setembro de 2025. Foram iniciadas as reuniões tendentes ao planeamento e definições internas relativas à implementação da solução. Contudo, porque este módulo pretende dar resposta aos processos da DJCP e DQL que geram emissão de guias de taxas, coimas e contraordenações, no que respeita às guias da DQL, foi decidido que atendendo à especificidade e complexidade no cálculo dos valores destas guias, entendeu-se que as mesmas deveriam ser integradas no sistema numa fase posterior. | ↗ |

| 5 | BASE DE CONHECIMENTO DO SETOR | | | Unidade Orgânica | Grandeza | Unidade de medida | Meta | Calendarização | Resultado | Status |
|-------|---|----------|---|------------------|------------|-------------------|------|----------------|---|--------|
| 05.01 | Realizar estudos e análises sobre o Setor da Construção e do Imobiliário e sobre a contratação pública | 05.01.01 | Produzir relatórios e estudos relacionados com o setor da construção e do imobiliário, que permitam um maior conhecimento do setor e dos seus agentes. | DFEE | relatórios | unid. | 4 | 31/12/2025 | 4 | ✓ |
| | | 05.01.02 | Elaborar e divulgar sínteses mensais sobre a contratação pública | DFEE | sínteses | unid. | 12 | 31/12/2025 | 12 | ✓ |
| | | 05.01.03 | Elaborar e divulgar estudos respeitantes à contratação pública, nomeadamente o relatório Anual sobre os Contratos Públicos, tendo como fonte o Portal BASE. | DFEE | estudos | unid. | 1 | 31/12/2025 | 1 | ✓ |
| | | 05.01.04 | Elaborar e remeter anualmente informação estatística à Comissão de Coordenação das Políticas de Prevenção e Combate ao BCFT referente a 2024 | DI | relatório | unid. | 1 | 31/12/2025 | 1 | ✓ |
| 05.02 | Desenvolvimento do sistema de business intelligence: sistema transversal a todas as áreas de atividade do instituto (criação de um sistema de indicadores que permita a monitorização das atividades reguladas e internas do IMPIC, I.P.) | 05.02.01 | Análise, tratamento e divulgação da informação referente à construção e imobiliário (condicionado à contratação de serviços para o Power BI) | DFEE | relatório | unid. | 1 | 31/12/2025 | Procedimento contratual em fase de avaliação de propostas | ↗ |
| | | 05.02.02 | Análise, tratamento e divulgação da informação referente à contratação pública (condicionado à contratação de serviços para o Power BI) | DFEE | relatório | unid. | 1 | 31/12/2025 | Procedimento contratual em fase de avaliação de propostas | ↗ |
| | | 05.02.03 | Análise, tratamento e divulgação da informação referente à gestão interna do instituto (condicionado à contratação de serviços para o Power BI) | DFEE | relatório | unid. | 1 | 31/12/2025 | Procedimento contratual em fase de avaliação de propostas | ↗ |
| | | 05.02.04 | Análise, tratamento e divulgação da informação referente à atividade de fiscalização (Inspeção e Queixas) aos setores da construção e imobiliário | DI | relatório | unid. | 1 | 31/12/2025 | Procedimento contratual em fase de avaliação de propostas | ↗ |

| 6 | SISTEMAS DE INFORMAÇÃO | | | Unidade Orgânica | Grandeza | Unidade de medida | Meta | Calendarização | Resultado | Status |
|-------|---|----------|--|------------------|----------------------------------|-------------------|------|----------------|---|--------|
| 06.01 | Sistemas de informação | 06.01.01 | Migração IMOPPI para Contigência | DIAA/DQL | migração | % | 100% | 31/12/2025 | Sem capacidade interna | X |
| | | 06.01.02 | Aquisição de serviços para migração e configuração de novo sistema de comunicações fixas | DIAA | Instalação do serviço | % | 100% | 30/06/2025 | Completa apenas em 2026 | ↗ |
| | | 06.01.03 | Elaboração do procedimento da nova aplicação referente à atividade de inspeção, queixas e contraordenação (três módulos interligados e intercomunicantes com ferramentas de gestão processual, BI ou IA) e com ligação à informação recolhida nas bases de dados relativos às atividades de construção, mediação e plataformas eletrónicas. | DI/DJCP/DIAA/DQL | Conclusão do procedimento | % | 100% | 31/12/2025 | Não há capacidade interna. Solicitou-se apoio de entidades científicas (Academia), sem sucesso. Em 2026 candidatámo-nos ao AI Experience LAB | X |
| | | 06.01.04 | Identificação de indicadores de combate a fraude e evasão em matéria de construção, mediação e branqueamento de capitais, a realizar através da ligação às bases de dados do "IMPIC uma só vez" e da inspeção, queixas e sancionamento (ferramentas BI e/ou IA). | DI/DIAA | Propor indicadores a implementar | % | 100% | 31/12/2025 | tendo em conta que depende da implementação da atividade "IMPIC uma só vez" e da relativa às AI e QRP, não foi possível concretizar | X |
| 06.02 | Plataforma de interoperabilidade da Administração Pública | 06.02.01 | IMPIC uma só vez – Criação da nova base de dados e dos formulários on-line na área reservada do portal do IMPIC e implementação dos mecanismos necessários, por via da plataforma de interoperabilidade da Administração Pública ou outra via, das informações necessárias ao cumprimento das obrigações prevista no artigo 46º da lei n.º 83/2017, de 18.08 | DI/DIAA | Implementação | % | 100% | 31/12/2025 | Após contratação de serviços externos para levantamento de requisitos e elaboração de caderno de encargos, o resultado ficou além do esperado. Internamente, apesar da ausência de recursos internos, procurou-se melhorar a qualidade dos documentos produzidos. Este trabalho foi concluído em fevereiro de 2026. Aguarda-se o lançamento de um Concurso Público com Publicação no JOUE | X |

| 7 | GESTÃO INTERNA | | | Unidade Orgânica | Grandeza | Unidade de medida | Meta | Calendarização | Resultado | Status |
|-------|--|----------|--|------------------|------------------------------|-------------------|---|----------------|--|--------|
| 07.01 | Promover a cultura organizacional | 07.01.01 | Promoção de reuniões gerais e/ou departamentais com vista ao envolvimento e à discussão de assuntos relacionados com o IMPIC, I.P. | CD/Direções | reuniões | unid. | 12 | 31/12/2015 | >12 | ✓ |
| 07.02 | Promover a ECO.AP | 07.02.01 | Ações de divulgação interna de como ser eficientes na redução de consumos | DFEE | ações de divulgação | unid. | 3 | 31/12/2025 | 1 | ↗ |
| | | 07.02.02 | Divulgação dos resultados de monitorização trimestral do Plano | DFEE | relatório | unid. | 4 | 31/12/2025 | 2 (inclui a revisão do Plano de eficiência energética para o triénio 2025-2027 e o apuramento dos dados de 2025) | ↗ |
| 07.03 | Formação profissional | 07.03.01 | Promover a capacitação dos trabalhadores através da formação profissional | DARH | capacitação de trabalhadores | % | 60% dos trabalhadores com frequência em pelo menos 1 ações de formação profissional | 31/12/2025 | 79% dos trabalhadores frequentaram pelo menos uma ação de formação em 2025 | ✓ |
| 07.04 | Promover a sustentabilidade da atividade | 07.04.01 | Incentivar o uso de veículos elétricos | DARH | posto de carregamento | unid. | implementar mais 1 local de carregamento | 31/12/2025 | Após análise das condições, infraestruturas e potenciais utilizadores, verificou-se que o posto de carregamento existente para veículos automóveis é suficiente para acautelar as necessidades de abastecimento das viaturas. Em agosto de 2025 foi instalado no piso -1 da garagem do edifício 11, três postos de carregamento elétrico destinados a bicicletas e outros pequenos veículos elétricos (ex.: trotinetes). Este recurso pode ser utilizado por todos os colaboradores do IMPIC, utilizadores destes veículos ou que pretendam vir a utilizar, contribuindo para uma mobilidade mais prática e sustentável, no dia a dia. | ✓ |

5.3. ATIVIDADES NÃO PREVISTAS NO PLANO DE ATIVIDADES 2025

| Descrição do projeto ou atividade desenvolvido em 2025 | Resultados |
|---|---|
| Elaboração de proposta de estratégia nacional para a contratação pública | 1 Relatório |
| Organização da reunião do grupo de trabalho europeu EXEP (Contratação Digital) em Lisboa, com a presença dos representantes dos Estados Membros ao longo de 2 dias. | Realização das reuniões nos dias 5 e 6 de junho |
| Organização do 6º Simpósio Interdisciplinar sobre Contratação Pública em parceria com a Universidade de Roma Tor Vergata | Realização do Simpósio nos dias 18 e 19 de setembro |
| Realização de uma ação inspetiva intensiva direcionada para o setor da construção | <p>Esta operação teve como principal objetivo a prevenção e combate ao exercício ilegal da atividade da construção. A operação envolveu a mobilização de quatro equipas inspetivas, tendo resultado na realização de 121 ações inspetivas. A referida operação temática abrangeu cinco distritos do território continental - Aveiro, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu, tendo sido igualmente realizada uma ação inspetiva no distrito do Porto, no concelho de Vila Nova de Gaia, por se tratar de um concelho limítrofe a um dos distritos abrangidos.</p> <p>Das 121 ações inspetivas efetuadas no âmbito desta operação temática, 102 tiveram lugar em estaleiros de obras particulares, abrangendo 289 entidades, e 19 em estaleiros de obras públicas envolvendo 86 entidades, perfazendo um total de 375 entidades inspeccionadas.</p> |

Recursos

6. ANÁLISE DA AFETAÇÃO REAL E PREVISTA DOS RECURSOS

A prossecução dos objetivos traçados pela organização depende não só da sua capacidade intrínseca para os atingir, mas também dos recursos disponíveis para a concretização das tarefas que consubstanciam os objetivos traçados. Deste modo, a afetação real e prevista dos recursos financeiros, humanos e materiais competem para a concretização dos objetivos, sendo muito importante o seu planeamento adequado e vital a sua realização.

6.1. RECURSOS FINANCEIROS

O IMPIC, I. P. apresentou, para 2025, um orçamento que veio reforçar os princípios já anteriormente adotados de economia, eficiência e eficácia na utilização dos seus recursos.

Tendo em consideração estes princípios, o Orçamento de Funcionamento do IMPIC, I. P. para 2025, aprovado, foi 17 637 472 €. No entanto, foram aplicados cativos no valor de 4 395 905 €, ficando disponível 13 824 744 €. No final do ano a realização efetiva foi de 9 034 311 €, ou seja cerca de 35% abaixo da dotação disponível. De salientar que este valor prende-se, essencialmente, com as Despesas com o Pessoal, uma vez que na elaboração do orçamento a dotação tem de estar em consonância com o Mapa de Pessoal (180 postos de trabalho), mas, na realidade, a 31.12.2025 estavam preenchidos 106.

| | Orçamento 2025 Aprovado (1) | Valor de Cativos aplicados até 31/12/2025 (2) | Dotação Utilizável a 31/12/2025 (3)=(1)-(2)+/-Alt Orç | Realizado 2025 | | Desvio | |
|-------------------------------------|--------------------------------|--|--|--------------------|--------------|--------------------|---------------|
| | | | | € | % | € | % |
| Despesas com Pessoal | 6 749 804 € | | 5 565 980,00 € | 4 442 345 € | 79,8% | 1 123 635 € | -0,201875501 |
| Aquisições de Bens e Serviços | 6 779 877 € | 3 957 718 € | 4 384 875 € | 2 879 773 € | 65,7% | 1 505 102 € | -34,3% |
| Aquisições de Bens de Capital | 2 371 700 € | | 2 570 022 € | 413 696 € | 16,1% | 2 156 326 € | -83,9% |
| Outros Encargos Financeiros | | | | | --- | 0 € | --- |
| Transferências | 1 293 904 € | | 1 293 064 € | 1 292 904 € | 100,0% | 160 € | 0,0% |
| Outras Despesas Correntes - Reserva | 442 187 € | 438 187 € | 10 803 € | 5 593 € | 51,8% | 5 210 € | -48,2% |
| Orçamento de Funcionamento | 17 637 472 € | 4 395 905 € | 13 824 744 € | 9 034 311 € | 65,3% | 4 790 433 € | -34,7% |

6.2. RECURSOS HUMANOS

| | Ano de 2025 | |
|--|-------------|------------|
| | Planeados | Executados |
| Dirigentes – Direção Superior | 3 | 3 |
| Dirigentes – Direção intermédia | 7 | 7 |
| Técnico Superior/ Inspetor Superior | 104 | 63 |
| Especialista Informática | 4 | 0 |
| Técnico Informática | 3 | 1 |
| Coordenador Técnico | 4 | 2 |
| Assistente Técnico | 51 | 28 |
| Assistente Operacional | 4 | 2 |
| TOTAL | 180 | 106 |

6.3. RECURSOS MATERIAIS

VEÍCULOS

O IMPIC, IP, no final de 2025, detinha um parque automóvel composto por 3 veículos ligeiros de passageiros cujo aluguer foi autorizado pela ESPAP, IP, no âmbito da sua delegação de competências para, no âmbito das atribuições específicas da gestão do Parque de Veículos do Estado (PVE), consagradas na alínea a) do n.º 1 do Despacho n.º 9394/2020, de 1 de outubro, autorizar o aluguer de veículos por prazo superior a 60 dias, seguidos ou interpolados.

7. BALANÇO SOCIAL

O Balanço Social é um instrumento de planeamento e gestão na área de recursos humanos, que disponibiliza informação diversa nesta área, nomeadamente sobre a caracterização e evolução daqueles recursos afetos aos serviços e organismos da Administração Pública.

| | N.º TRABALHADORES DO IMPIC | | Ano 2025 | |
|------------------------------------|---|--------------|-----------------|---|
| EFETIVOS | A exercer funções noutros organismos da Administração Pública | | 11 | |
| | Em situação de licença sem remuneração | | 2 | |
| VÍNCULO JURÍDICO CONTRATUAL | Com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado | | 79 | |
| | Com nomeação definitiva | | 17 | |
| | Em comissão de serviço no âmbito da LTFP | | 10 | |
| | Com contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo | | 0 | |
| GÉNERO | Feminino | | 80 | |
| | Masculino | | 26 | |
| ESTRUTURA ETÁRIA | 18-29 anos | Feminino | 0 | |
| | | Masculino | 0 | |
| | 30-39 anos | Feminino | 0 | |
| | | Masculino | 1 | |
| | 40-49 anos | Feminino | 20 | |
| | | Masculino | 5 | |
| | 50-59 anos | Feminino | 34 | |
| | | Masculino | 13 | |
| | 60-69 anos | Feminino | 26 | |
| | | Masculino | 7 | |
| | 70 anos ou mais | Feminino | 0 | |
| | | Masculino | 0 | |
| | ESTRUTURA HABILITACIONAL | Doutoramento | Feminino | 1 |
| | | | Masculino | 0 |
| Mestrado | | Feminino | 1 | |
| | | Masculino | 1 | |
| Licenciatura | | Feminino | 43 | |
| | | Masculino | 17 | |
| Bacharelato | | Feminino | 1 | |
| | | Masculino | 0 | |
| 12.º ano | | Feminino | 32 | |
| | | Masculino | 7 | |
| Inferior ao 12.º ano | | Feminino | 2 | |
| | | Masculino | 1 | |

| N.º TRABALHADORES DO IMPIC | | | Ano 2025 |
|--|---|-------------------------------------|-----------------|
| LICENCIATURAS | <i>Economia</i> | | 12 |
| | Direito | | 12 |
| | Engenharia Civil | | 7 |
| | Outras | Gestão | 4 |
| | | Comunicação e Relações-Públicas | 1 |
| | | História | 2 |
| | | Psicologia | 2 |
| | | Relações Internacionais | 2 |
| | | Relações Públicas e Publicidade | 1 |
| | | Ciência Política | 1 |
| | | Serviço Social | 1 |
| | | Sociologia | 1 |
| | | Comércio e Negócios Internacionais | 1 |
| | | Assessoria de Administração Direção | 1 |
| | | Matemática | 1 |
| | | Informática de Gestão | 2 |
| | | Engenharia do Ambiente | 2 |
| | | Ciências Sociais | 3 |
| | | Engenharia Biológica | 1 |
| | | Administração Pública | 2 |
| | | Engenharia Biotecnológica | 1 |
| | | Engenharia e Gestão | 1 |
| | Gestão de Recursos Humanos | 1 | |
| | Estudos Europeus – Minor em Economia, Direito e Sociologia | 1 | |
| | Internacional em Ingenieria de la Tasación Y valoración 1999/2000 | 1 | |
| ESTRUTURA ANTIGUIDADE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | Até 5 anos | Feminino | 1 |
| | | Masculino | 2 |
| | 5 a 9 anos | Feminino | 1 |
| | | Masculino | 1 |
| | 10 a 14 anos | Feminino | 1 |
| | | Masculino | 0 |
| | 15 a 19 anos | Feminino | 2 |
| | | Masculino | 2 |
| | 20 a 24 anos | Feminino | 38 |
| | | Masculino | 7 |
| | 25 a 29 anos | Feminino | 15 |
| | | Masculino | 7 |
| | 30 a 34 anos | Feminino | 8 |
| | | Masculino | 3 |
| 35 a 39 anos | Feminino | 5 | |
| | Masculino | 4 | |

| N.º TRABALHADORES DO IMPIC | | | Ano 2025 |
|--|----------------------------|------------------------|-----------------|
| MOVIMENTOS DE PESSOAL | 40 anos ou mais | Feminino | 9 |
| | | Masculino | 0 |
| | Admitidos | Procedimento concursal | |
| | | Comissão de serviço | |
| | | Mobilidade interna | 3 |
| | Regresso | Licença sem vencimento | 1 |
| | | Mobilidade interna | |
| | Consolidação da mobilidade | Técnico superior | 2 |
| | | Inspetor Superior | |
| | | Coordenadora técnica | |
| | | Assistente técnica | |
| | Saídas | Procedimento concursal | |
| | | Mobilidade interna | 2 |
| | | Reforma/aposentação | 4 |
| | | Licença sem vencimento | |
| Fim da mobilidade interna | | 3 | |
| Comissão de Serviço p/ outro organismo | | 1 | |

| OUTRAS INFORMAÇÕES | | | Ano 2025 |
|-------------------------------|---|---|-----------------|
| ABSENTISMO² | Totais dias de ausência (n.º dias) | | 2742,5 |
| | Taxa de absentismo (%) | | 10,35% |
| | N.º dias de ausência por Grupo Profissional | Dirigentes – Direção Superior | 3 |
| | | Dirigentes – Direção intermédia | 8 |
| | | Técnico Superior | 963 |
| | | Inspetor Superior | 663,5 |
| | | Informático | |
| | | Assistente Técnico/ Coordenador Técnico | 919 |
| | | Assistente Operacional | 186 |
| | N.º dias de ausência por motivo | <i>Acidente em serviço</i> | 382 |
| | | <i>Assistência a Familiares</i> | 6 |
| | | Doença | 2127 |
| | | <i>Falecimento de Familiar</i> | 32 |
| | | <i>Falta Injustificada</i> | 1 |
| | | <i>Greve</i> | 12 |
| <i>Outras</i> | | 16 | |
| <i>Casamento</i> | | 15 | |
| <i>Por conta de férias</i> | | 140,5 | |
| <i>Trabalhador Estudante</i> | 11 | | |

² Por forma a harmonizar os dados com os reportados ao nível do Balanço Social 2025, no que respeita ao absentismo não estão contabilizadas as ausências de 1 trabalhadora, atendendo a que a mesma está ausente há mais de 6 meses e que, por este motivo não é contabilizada em termos de reporte naquele instrumento de gestão.

| | OUTRAS INFORMAÇÕES | | Ano 2025 | |
|--|---|--|-----------------|---------|
| SEGURANÇA HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO | N.º de acidentes de trabalho | | 2 | |
| | N.º de colaboradores acidentados | | 2 | |
| | N.º dias de ausência por motivo de acidente de trabalho | | 218 | |
| | N.º de casos de incapacidade temporária e absoluta | | 1 | |
| | Medicina do trabalho | N.º exames realizados | | |
| FORMAÇÃO PROFISSIONAL | N.º de ações de formação realizadas | Internas | 5 | |
| | | Externas | 25 | |
| | N.º de horas de formação realizadas | Internas | 798:00 | |
| | | Externas | 1985:30 | |
| | Taxa de execução do Plano de Formação 2025 (%) (inclui formações extra-plano) | | 96,77% | |
| | N.º de colaboradores que frequentaram pelo menos uma ação de formação | | 79% | |
| | N.º de horas de formação realizadas por Grupo Profissional | Dirigentes – Direção Superior | | 31:30 |
| | | Dirigentes – Direção intermédia | | 476:30 |
| | | Técnico Superior/ Inspetor Superior | | 1753:30 |
| | | Coordenador Técnico/Assistente Técnico | | 484:30 |
| Informático | | 12:00 | | |
| Assistente Operacional | | 25:30 | | |
| ENCARGOS COM PESSOAL | Remuneração máxima | | 4915,32 | |
| | Remuneração mínima | | 878,41 | |

| | OUTRAS INFORMAÇÕES | Ano 2025 |
|--|---------------------------|-----------------|
| NÍVEL ETÁRIO MÉDIO DOS EFETIVOS DO IMPIC EM 2025 | | 54 |
| NÍVEL MÉDIO DE ANTIGUIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DOS EFETIVOS DO IMPIC EM 2025 | | 26 |

8. EXECUÇÃO DO PLANO DE FORMAÇÃO

No decurso de 2025 estava prevista a realização de 37 ações de formação: 34 formações externas + 3 formações internas.

Dessas foram realizadas 12 ações de formação:(11 formações externas e 1 interna), sendo de destacar que, das formações previstas, 24 ações não puderam ser executadas por motivos totalmente alheios à esfera de atuação do IMPIC, I. P., relacionados, essencialmente, com a inexistência ou indisponibilidade de oferta formativa no âmbito do Catálogo do INA, I. P., bem como com cancelamentos, reagendamentos ou constrangimentos operacionais das entidades formadoras externas, tendo algumas dessas ações sido reprogramadas para o início de 2026.

Não obstante terem sido realizadas apenas as formações do plano indicadas, foram realizadas, no decorrer do ano de 2025, 18 ações de formação extraplano ações de formação extraplano, devidamente fundamentadas, alinhadas com as necessidades formativas identificadas e com os objetivos estratégicos definidos. Esta atuação permitiu assegurar a continuidade do investimento na qualificação dos trabalhadores, mitigando impactos negativos decorrentes de fatores exógenos e demonstrando uma abordagem flexível, proativa e orientada para a satisfação das necessidades reais da organização.

As ações de formação realizadas, quer no âmbito do Plano, quer em regime extraplano, abrangeram áreas estratégicas diversificadas - técnicas, jurídicas, digitais e comportamentais - contribuindo de forma significativa para a atualização de conhecimentos, o desenvolvimento de competências críticas e o reforço da eficiência e da capacidade institucional do IMPIC, I. P..

Destaca-se ainda a realização de workshops internos e 1 teambuilding com o objetivo de informar, envolver e discutir temas estratégicos com todos os trabalhadores, promovendo assim a motivação e o espírito de equipa.

A taxa de participação global atingiu aproximadamente 79% dos trabalhadores, superando o objetivo fixado de 60% de participação definido no Plano de Atividades 2025.



Desempenho dos Serviços

9. APRECIÇÃO DA QUALIDADE E SERVIÇO PRESTADOS, POR PARTE DOS AGENTES DO SETOR

Um dos objetivos operacionais definidos no QUAR diz respeito à melhoria da qualidade do Instituto junto dos agentes e à promoção da capacidade de mudança.

Neste sentido, e à semelhança do que já vem acontecendo nos últimos anos, para medir este objetivo, foi realizado um inquérito de satisfação junto dos agentes dos setores da construção e do imobiliário, com o propósito de aferir a qualidade dos serviços prestados, identificar áreas-chave para a satisfação dos/as utentes e orientar a gestão numa perspetiva de reforçar a qualidade do serviço prestado.

Também à semelhança dos anos anteriores foi realizado um relatório onde se analisam os resultados e se compara com os anos anteriores. O relatório está publicado no portal do IMPIC, I. P.

Este inquérito foi elaborado no último trimestre de 2025 e foi estruturado em 4 grupos, visando avaliar a opinião dos agentes relativamente às seguintes dimensões:

- Contribuição do IMPIC, I. P. para o desenvolvimento estratégico do setor da construção e do imobiliário;
- Eficiência do IMPIC, I. P.;
- Apoio ao Agente do Setor;
- Desempenho global do IMPIC, I. P.

As questões formuladas permitiram dois tipos de resposta: resposta fechada - para avaliação do grau de satisfação que obedeceu a uma escala composta por 5 níveis (1=Muito Insatisfeito; 2=Insatisfeito; 3=Pouco Satisfeito; 4=Satisfeito; 5=Muito Satisfeito) e resposta aberta – para apresentação de “Sugestões/ Recomendações”.

O universo foi constituído por todas as empresas dos Setores da Construção e do Imobiliário com Título Habilitante, emitido pelo IMPIC, I. P., válido à data de 31 de outubro de 2025 num total de 69.742.

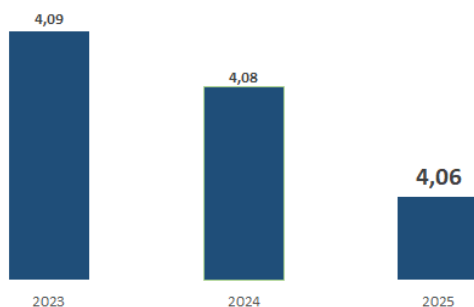
Responderam ao inquérito, 3.471 empresas a que corresponde a uma taxa de participação de 4,95%.

Avaliação Global:

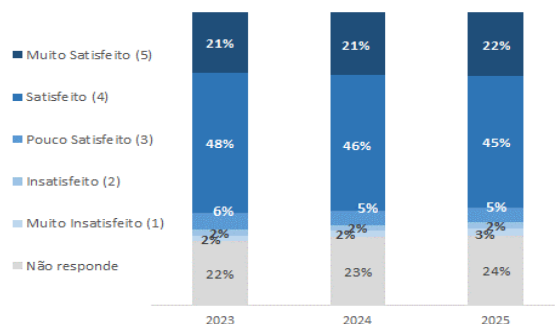
Os resultados obtidos permitiram apurar, em 2025, um Índice de Satisfação Global (ISG) dos Agentes do Setor da Construção e do Imobiliário de 4,06 pontos, correspondente a uma classificação qualitativa de “Satisfeito”.

O ISG registou uma redução face aos dois anos anteriores, sendo que 2023 continua o ano com o melhor resultado alcançado. Em termos médios, 67% dos Agentes do Setor estão “Satisfeitos” com o serviço prestados pelo IMPIC, I. P., sendo que 22% revelam que estão “Muito Satisfeitos”.

Evolução do Índice de Satisfação Global com o IMPIC, I. P.

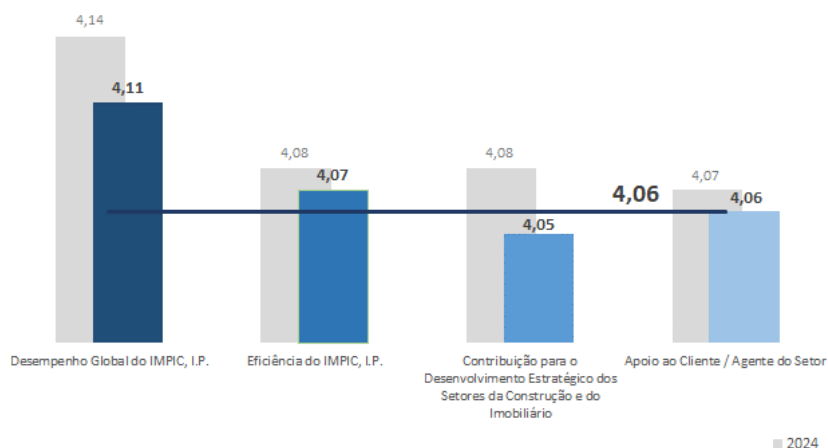


Evolução da satisfação Global com o IMPIC, I. P.

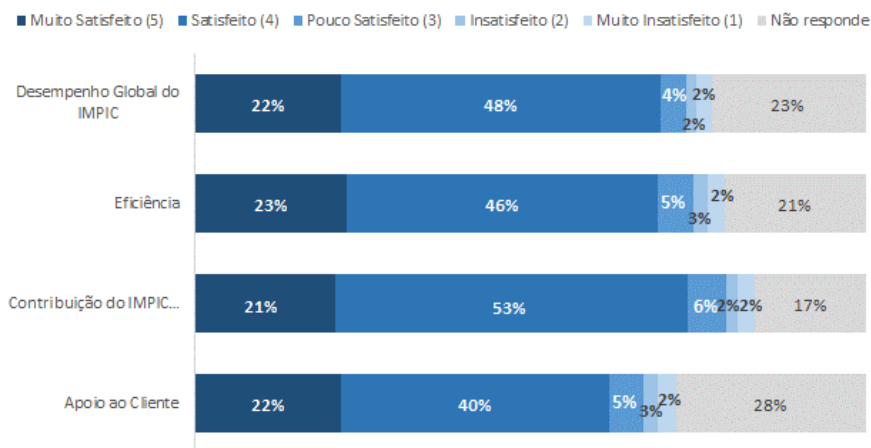


Ao nível dos indicadores globais, o que obteve a melhor avaliação por parte dos agentes intervenientes no inquérito foi o indicador “Desempenho Global”, com um índice de satisfação de 4,11 pontos, inferior ao atingido em 2024

Nível de Satisfação Global por Áreas

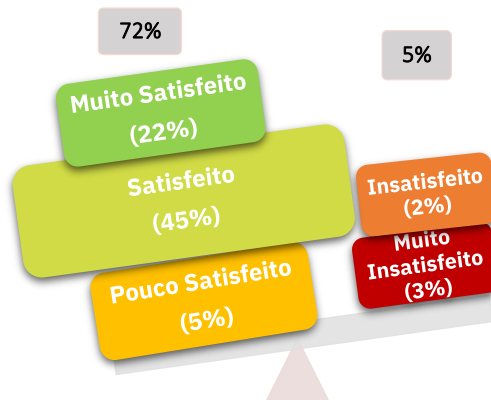


Avaliação dos Indicadores Globais



Em termos globais verifica-se que 72% dos Agentes que responderam ao inquérito demonstraram estar “muito satisfeitos”, “satisfeitos” ou “pouco satisfeitos” e apenas 5% dos inquiridos referiram estar “insatisfeitos” ou “muito insatisfeitos”.

Nível Global de Satisfação dos Agentes do Setor 2025



Nota: 24% corresponde a "não responde"

10. AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES

O IMPIC, I. P. tem vindo a auscultar os seus colaboradores através da realização de Inquéritos de Satisfação com o objetivo de perceber sobre o modo como percebem a Organização assim como aferir o grau de satisfação e de motivação sobre as actividades que desenvolvem.

A avaliação da satisfação possibilita a identificação de oportunidades de melhoria do desempenho da Organização o que permite a implementação de melhor qualidade dos serviços prestados, de forma mais eficaz e eficiente.

À semelhança dos anos anteriores, o inquérito foi realizado com recurso à técnica de entrevista via on-line, tendo sido utilizada a plataforma *LimeSurvey* para a recolha da informação. O tratamento estatístico das respostas foi efetuado de uma forma global, não estando sujeito a qualquer tipo de análise individualizada, garantindo assim o seu anonimato.

Foi enviado um e-mail a todos os colaboradores com um convite à participação no inquérito, com a indicação do link para a plataforma informática e o prazo em que estaria disponível para resposta.

A estrutura do questionário engloba em total de 40 questões, incidindo sobre os seguintes aspetos:

- Condições de trabalho;
- Estilo de liderança do gestor de nível intermédio;
- Condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços;
- Organização;
- Estilo de liderança da direção;
- Gestão e sistemas de gestão;
- Desenvolvimento de competências;
- Medidas que têm vindo a ser tomadas no âmbito da modernização administrativa e da desmaterialização de processos.

As questões incluídas foram sobretudo de resposta fechada, obedecendo a uma escala composta por 5 níveis (1 – Muito Insatisfeito; 2 – Insatisfeito; 3 – Pouco Satisfeito; 4 – Satisfeito; 5 – Muito Satisfeito).

Foi incluída uma questão de resposta aberta para a apresentação de sugestões.

O universo foi constituído pelos colaboradores do IMPIC, I. P. que à data da realização do inquérito integravam o Quadro de Pessoal do Instituto.

Em 2025, o Índice Global de Satisfação dos Colaboradores do IMPIC, I. P. foi de 3,77 pontos, correspondente a uma classificação qualitativa de “Satisfeito”. Comparativamente ao ano anterior, observou um acréscimo (3,56 em 2024).

Em termos globais, 70% dos Colaboradores estão Satisfeitos com o IMPIC, I. P., sendo que 22% revelam que estão Muito Satisfeitos.

A área melhor avaliada foi a referente às “Condições de trabalho”, com um índice de satisfação de 4,15 pontos e com cerca de 82% dos Colaboradores a dizerem-se satisfeitos.

A área menos bem avaliada foi o “Desenvolvimento de Competências”, com um índice de satisfação de 3,56 pontos e com 54% dos colaboradores a revelarem-se satisfeitos ou muito satisfeitos e cerca de 14% a revelarem insatisfação.

De entre os parâmetros avaliados, os que reúnem nível de satisfação mais alto por parte dos Colaboradores foram:

- Possibilidade de conciliar o trabalho com a vida pessoal e problemas de saúde
- Horário de trabalho
- Ambiente de trabalho
- Disponibilidade de equipamentos de comunicação
- Condições de higiene
- Aceitação de sugestões de melhoria
- Encorajamento da confiança e respeito mútuos
- Liderança através do exemplo

Os parâmetros que geraram um nível de satisfação mais baixo foram:

- Necessidade da existência de Serviços de refeitório e bar
- Oportunidades criadas pela organização para desenvolver novas competências
- Melhoria do acesso à informação interna / externa
- Ações de formação que realizou

- Qualidade da informação prestada internamente
- Melhoria da qualidade do serviço
- Promoção do enriquecimento profissional
- Postura da organização face à mudança e em termos de modernização

11. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

O sistema de controlo interno reveste-se de grande importância na organização das atividades diárias e nas relações dentro do IMPIC, I. P. e deste com o exterior.

O que está vigente no instituto caracteriza-se, sinteticamente, pelos seguintes aspetos:

| 1 Ambiente de Controlo | Aplicado | | | Fundamentação |
|---|----------|-----|----|--|
| | Sim | Não | NA | |
| 1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno? | √ | | | As funções de controlo interno estão asseguradas pela área de estratégia e controlo de gestão, que elabora, entre outros, os Planos de Atividades, a monitorização do QUAR e os Relatórios de Atividades. Existe, ainda, uma Comissão de Ética e Fiscalização, no âmbito do Código de Ética e de Conduta do IMPIC, I. P. A Direção Jurídica e de Contratação Pública, tem um papel interveniente na verificação do cumprimento e da legalidade das deliberações e decisões dos titulares do Conselho Diretivo. Também foi nomeada uma equipa “Sistema de Controlo Interno”, com elementos de várias direções, que efetua auditorias internas e relatórios |
| 1.2 É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão? | √ | | | As unidades orgânicas reportam, mensalmente, dados financeiros e de atividade para monitorização e controlo. Acresce referir que da estrutura do IMPIC, I. P. faz parte a figura do Fiscal Único, obrigatória para todos os institutos públicos dotados de autonomia administrativa e financeira, de acordo com a Lei-Quadro dos Institutos Públicos (Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro). O Fiscal Único, órgão responsável pela legalidade, regularidade e boa gestão financeira do Instituto, tem acompanhado todos os assuntos da sua esfera de competência, trabalhando em parceria com o Conselho Diretivo e a Direção Financeira, de Estudos e de Estratégia na introdução de medidas de harmonização e melhoria com vista ao desenvolvimento de boas práticas e na consolidação dos controlos financeiros exigidos legalmente. A equipa “Sistema de Controlo Interno” na sua ação também efetua uma verificação. |

| 1 Ambiente de Controlo | Aplicado | | | Fundamentação |
|--|----------|-----|----|--|
| | Sim | Não | NA | |
| 1.3 Os elementos da equipa de controlo de gestão e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função? | | | ✓ | Não existe no IMPIC, I. P. uma estrutura com competências específicas na área da auditoria. Contudo, os elementos dos grupos e comissões criados para o acompanhamento e monitorização, em diversas áreas de intervenção, têm qualificações, cada um na sua área de atuação. A equipa “Sistema de Controlo Interno”, com elementos de várias direções, tem as necessárias qualificações e know-how, tendo de star, obrigatoriamente, na equipa um elemento da carreira de inspeção e um técnico superior jurista |
| 1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)? | ✓ | | | Existe um Código de Ética e de Conduta do Instituto que define as normas de conduta a prosseguir por todo o quadro de pessoal do IMPIC, I. P. nas suas atividades quotidianas. O documento foi objeto de divulgação a todos os colaboradores e colaboradoras aquando da sua aprovação, constando da Intranet do Instituto, e tem sido atualizado sempre que se julgue necessário. |
| 1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas? | ✓ | | | Sim. Considerando o papel estratégico da formação no desenvolvimento das competências dos trabalhadores, existe uma preocupação constante com a adequação da formação às necessidades do Instituto. Neste contexto, todos os anos os dirigentes deste organismo são chamados a dar o seu contributo na identificação das necessidades de formação prementes para as suas áreas. Após esta auscultação, é delineado o planeamento da formação a ministrar no decurso do ano, salvaguardando, naturalmente a disponibilidade financeira existente. |
| 1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre direção e dirigentes das unidades orgânicas? | ✓ | | | O Conselho Diretivo trabalha em estreita parceria com as várias unidades orgânicas, sendo realizadas periodicamente reuniões com as chefias das várias unidades orgânicas. Além disso, independentemente das reuniões gerais com os dirigentes, de forma recorrente há reuniões parciais. |
| 1.7 O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo? | ✓ | | | O IMPIC, I. P. não foi objeto de ações de auditoria em 2025. |

| 2 Estrutura Organizacional | Aplicado | | | Fundamentação |
|--|----------|-----|----|---|
| | Sim | Não | NA | |
| 2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente? | v | | | A estrutura orgânica do IMPIC, I. P. está regulamentada pela Portaria n.º 378/2012, de 20 de novembro, a qual ainda diz respeito ao InCI, continuando a aguardar-se os estatutos do IMPIC. É, atualmente, composta por 5 unidades orgânicas de nível I (direções) e 2 de nível II (departamentos), tendo estas últimas sido criadas por deliberação do Conselho Diretivo, nos termos do seu estatuto. |
| 2.2 Qual a percentagem de colaboradores/as do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 3? | v | | | <p>No ciclo avaliativo de 2025 entrou plenamente em vigor a quarta alteração ao Sistema Integrado de Gestão e Avaliação de Desempenho na Administração Pública (SIADAP), estabelecido pela Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, a qual foi operada pelo Decreto-Lei n.º 12/2024, de 10 de janeiro.</p> <p>A avaliação do SIADAP 3, referente ao ano de 2025, encontra-se atualmente em curso. Reúnem condições para serem avaliados um total de 93 trabalhadores, dos quais 64 pertencem ao grupo dos técnicos superiores e inspetores superiores e 29 ao grupo dos assistentes operacionais, assistentes técnicos e coordenadores técnicos e técnicos de sistemas e tecnologias de informação)</p> <p>Não foram alvo de avaliação 6 trabalhadores que exerciam funções no IMPIC, IP em 31.12.2025, por não cumprirem os requisitos funcionais de avaliação estabelecidos na lei.</p> <p>Assim, e em termos percentuais, no ciclo avaliativo de 2025 foram avaliados 93,9% dos colaboradores [93/(93+6)], no âmbito do SIADAP 3, sendo que os restantes 6,1% não foram avaliados por não cumprirem os requisitos funcionais de avaliação.”</p> |
| 2.3 Qual a percentagem de colaboradores/as do serviço que frequentaram pelo menos uma ação de formação? | v | | | 79% dos trabalhadores frequentaram, em 2025, pelo menos uma ação de formação. Neste ano, verificaram-se um total de 2.783,30 horas de formação, sendo maioritariamente formação externa. Nestas horas de formação, o IMPIC despendeu um montante total de 32.120,25€. |

| 3 Atividades e Procedimentos de Controlo Administrativo | Aplicado | | | Fundamentação |
|---|----------|-----|----|---|
| | Sim | Não | NA | |
| 3.1 Existem manuais de procedimentos internos? | ✓ | | | Existem os seguintes manuais de procedimentos e outros documentos: <ul style="list-style-type: none"> • Manual de Procedimentos da Construção • Manual de Procedimentos da Mediação • Manual de Procedimentos da Área Financeira e de Contabilidade • Manual de Procedimentos do Imobilizado • Manual de Procedimentos das Ações Inspetivas • Regulamento de Uso de Veículos • Normas de Utilização do parque de estacionamento do IMPIC, I. P. • Regulamento de Horário de Trabalho • Regulamento de Utilização de Equipamentos de Comunicação de Dados • Regulamento de Utilização de Equipamentos de Comunicação de Voz • Regulamento dos telemóveis • Manual de utilização da rede wireless – Configuração • Manual de utilização de impressoras na rede • Manual de Utilização do Banco de Imagens • Manual de Impressão • Plano de Gestão Ambiental • Código de Conduta de Ambiente, Saúde e Segurança • Plano de Contingência do IMPIC, IP no âmbito do COVID-19 • Manual de acolhimento • Procedimento para realização de eventos |
| 3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada? | ✓ | | | A autorização da despesa é da competência do Conselho Diretivo. Cada vogal do Conselho Diretivo tem competência para autorizar despesas até 5.000 €, quando relacionadas com as áreas que lhe estão distribuídas, através da Deliberação n.º 621/2021, publicada no Diário da República, 2ª série, n.º 118, 21 de junho de 2021. |
| 3.3 É elaborado anualmente um plano de compras? | ✓ | | | Na altura da elaboração do orçamento e no início de cada ano são realizados levantamentos de todas as despesas previstas - aquisição de bens e serviços – que incluem também os projetos novos a desenvolver. Paralelamente, o IMPIC, I. P., sendo uma entidade vinculada ao Sistema Nacional de Compras Públicas, tem uma parte significativa dos seus processos de contratação a ser tramitada no âmbito de Acordos-quadro ou através de procedimentos agregados conduzidos pela Unidade Ministerial de Compras. Estas entidades solicitam |

| 3 Atividades e Procedimentos de Controlo Administrativo | Aplicado | | | Fundamentação |
|--|----------|-----|----|--|
| | Sim | Não | NA | |
| | | | | anualmente informação sobre as necessidades de contratação do IMPIC, IP relativamente aos procedimentos agregados a tramitar. |
| 3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores/as? | | ✓ | | Não está implementado um sistema formal. Contudo existe rotação de funções sempre que tal se mostre adequado, necessário e possível. |
| 3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas? | ✓ | | | Estão definidas ao nível de cada unidade orgânica. Encontra-se em elaboração o Manual de Controlo Interno que formalizará essas responsabilidades |
| 3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos? | | ✓ | | Existem em cada Direção. Encontra-se em elaboração o Manual de Controlo Interno que formalizará essas descrições, de forma global. |
| 3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias? | ✓ | | | Existe uma plataforma de Gestão Documental por onde são distribuídos os diversos tipos de documentos para as várias áreas funcionais do instituto. Esse sistema de Gestão Documental permite verificar, a todo o momento, a que área e/ou trabalhador está distribuído o documento, bem como as fases e circuitos de distribuição. |
| 3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas? | ✓ | | | Existe um Plano de Prevenção de Riscos de Gestão que visa estabelecer orientações sobre a prevenção de riscos de gestão incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas bem como definir os critérios de risco e as funções e responsabilidades na estrutura e organização interna do IMPIC, I. P. |

| 3 Atividades e Procedimentos de Controlo Administrativo | Aplicado | | | Fundamentação |
|--|----------|-----|----|---|
| | Sim | Não | NA | |
| 3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado? | ✓ | | | O Plano é alvo de monitorização e acompanhamento por grupos internos nomeados pelo Conselho Diretivo (Comissão de Ética e Sistema de Controlo Interno). |

| 4 Fiabilidade dos sistemas de informação | Aplicado | | | Fundamentação |
|---|----------|-----|----|---|
| | Sim | Não | NA | |
| 4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria? | ✓ | | | Existem aplicações informáticas ao nível de: <ul style="list-style-type: none"> Recursos Humanos, Aquisições e Aprovisionamento, Financeira e Contabilidade (ERP SINGAP); Gestão Documental - registo, distribuição e receção e envio de correspondência. |
| 4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação? | | ✓ | | <ul style="list-style-type: none"> Já é enviada informação para o SINGAP Financeira por parte das aplicações da Construção e Mediação A aplicação da construção também já integra dados com a aplicação de Gestão documental |
| 4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas? | | ✓ | | Está em desenvolvimento um sistema de informação que permitirá atingir esse desiderato. |
| 4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão? | ✓ | | | A informação retirada do sistema é utilizada nos processos de decisão, quer a nível interno, quer ao nível do <i>core business</i> do Instituto – a qualificação de empresas dos setores regulados. |
| 4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço? | ✓ | | | Os acessos às aplicações são feitos através de utilizadores autenticados, com diferentes níveis de permissão. O acesso do exterior é feito através de VPN's Semestralmente é obrigatório a alteração de password, sem a qual não se consegue aceder. |
| 4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de backups)? | ✓ | | | São feitos backups diários de todos os servidores. |

| 4 Fiabilidade dos sistemas de informação | Aplicado | | | Fundamentação |
|--|----------|-----|----|---|
| | Sim | Não | NA | |
| 4.7 A segurança na troca de informações e software está garantida? | √ | | | Estão tomadas as medidas de segurança: rede segmentada, os sistemas protegidos por Firewall, antivírus com atualizações permanentes e devidamente monitorizadas, atualizações nos sistemas, política de backups implementada. |

12. DESENVOLVIMENTO DE MEDIDAS PARA REFORÇO POSITIVO DO DESEMPENHO

Em 2025, o IMPIC, I.P.I. P. prosseguiu a sua missão regulatória e de fiscalização nos domínios da construção, do imobiliário e da contratação pública, num contexto de exigência crescente quanto à transparência, qualidade do serviço, sustentabilidade, integridade e fiabilidade da informação.

A insuficiência de recursos humanos e as fragilidades tecnológicas e digitais constituem condicionantes relevantes à capacidade de resposta e à execução integral das atividades planeadas. No decurso de 2025, foram desencadeados diversos processos de recrutamento (mobilidade, procedimentos concursais internos e recurso a programas de estágios na Administração Pública), com resultados limitados, em parte devido à reduzida atratividade face às remunerações e condições disponíveis. Acrescem constrangimentos associados à tramitação orçamental e à obtenção de pareceres prévios, com impacto na calendarização e concretização de procedimentos e projetos.

Neste enquadramento, apresenta-se a análise SWOT da situação atual do Instituto, seguida do conjunto de medidas e atividades orientadas para o reforço positivo do desempenho e para a sustentabilidade das equipas.

Análise SWOT

Forças

- Missão clara e reconhecimento institucional enquanto regulador dos setores da construção, do imobiliário e da contratação pública.
- Conhecimento técnico especializado e experiência acumulada nas vertentes regulatória, inspetiva, sancionatória e de produção de orientações.
- Capacidade de execução e resiliência organizacional
- Experiência de colaboração com stakeholders e de participação em iniciativas nacionais e europeias relevantes para a contratação pública.

Fraquezas

- Subdimensionamento de recursos humanos e dificuldades de recrutamento/atração, com risco de sobrecarga e impacto na previsibilidade de prazos.
- Fragilidade tecnológica e necessidade de modernização/integração de sistemas, com efeitos na eficiência, na automação e na qualidade dos dados.
- Dependência de conhecimento tácito em algumas áreas, exigindo reforço da documentação e da gestão do conhecimento.
- Capacidade limitada para absorver, em simultâneo, atividade corrente, novos projetos e adaptações regulamentares.

Oportunidades

- Evolução do enquadramento nacional e europeu da contratação pública e reforço da normalização de dados (incluindo eForms), potenciando transparência e análises baseadas em evidência.
- Reforço das agendas de integridade, prevenção de fraude e combate ao branqueamento de capitais, promovendo abordagens de supervisão e fiscalização mais orientadas por risco.
- Aceleração de iniciativas de modernização administrativa, interoperabilidade e digitalização, com potencial de redução de carga manual e melhoria do serviço.
- Parcerias com entidades formadoras, academia e outras entidades públicas para capacitação, difusão de boas práticas e criação de sinergias.

Ameaças

- Concorrência no mercado de trabalho por perfis críticos (jurídicos, inspeção e tecnologias/dados), com risco de rotatividade e perda de capacidade instalada.
- Aumento da complexidade regulatória e das exigências de reporte e controlo, intensificando a pressão sobre equipas reduzidas.
- Risco crescente de incidentes de cibersegurança e disrupções operacionais, com impacto na continuidade dos serviços e na confiança dos utilizadores.
- Risco reputacional associado a atrasos, inconsistências de informação e incapacidade de resposta a picos de procura.

Apesar dos constrangimentos associados à falta de recursos humanos, e tendo em conta os resultados de avaliação e a necessidade de promover novas competências, visão analítica e cultura organizacional baseada na eficácia e eficiência, foram implementadas e/ou reforçadas estratégias internas de reforço positivo e um plano de melhoria, orientado para a motivação, a responsabilização, a qualidade do serviço e a sustentabilidade do desempenho.

(i) Capacitação, desenvolvimento de competências e carreira

- Realização de ações de formação para além do Plano de Formação, incluindo componentes técnicas e transversais (dados, risco, comunicação, gestão de processos).
- Identificação de qualificações-chave por serviço e elaboração de um Plano de Formação “personalizado”, conciliando necessidades do serviço e interesses do/a colaborador/a, sempre que possível.
- Criação de mecanismos internos de mentoria, partilha de conhecimento e “job shadowing” para acelerar aprendizagem e reduzir dependências críticas.
- Elaboração e atualização do Manual de Acolhimento, com percurso de integração e acompanhamento inicial dos novos colaboradores.

(ii) Liderança, alinhamento, comunicação e feedback

- Realização de reuniões de dirigentes com periodicidade quinzenal e reuniões regulares com as equipas ao nível de cada unidade orgânica.
- Realização trimestral de workshops envolvendo o Conselho Diretivo e colaboradores, para apresentação do QUAR e do Plano de Atividades, bem como a sua monitorização ao longo do ano.
- Partilha mensal do Tableau de Bord com os colaboradores, reforçando transparência, foco e orientação para prioridades.
- Adoção de um sistema de comunicação interna transparente (intranet, mensagens de alinhamento, FAQ e repositórios), promovendo confiança e previsibilidade.
- Fomento da participação ativa dos colaboradores, recolhendo sugestões de melhoria e assegurando devolutivas sobre decisões e ações.

(iii) Organização do trabalho, processos e gestão do conhecimento

- Revisão e disponibilização na intranet de manuais de procedimentos, modelos e checklists, promovendo uniformização e redução de retrabalho.
- Envolvimento das partes interessadas na resolução de problemas e no desenvolvimento de processos inovadores, reforçando a capacitação da liderança na transmissão de valores de pró-atividade e motivação.
- Fomento do trabalho em equipa, da responsabilização, da cooperação e do feedback, com mecanismos de partilha de lições aprendidas.
- Implementação de rotinas de priorização e gestão por capacidade (planeamento mensal de tarefas críticas e gestão de backlog), mitigando riscos de sobrecarga.

(iv) Digital, dados e cibersegurança

- Investimento nos instrumentos e projetos na área dos Sistemas de Informação, com foco na modernização, automação de processos e melhoria de interoperabilidade.
- Reforço da governação e qualidade de dados (incluindo regras de validação e monitorização), suportando maior capacidade analítica e de reporte.
- Consolidação da cultura de cibersegurança implementada no Instituto, com ações regulares de sensibilização, boas práticas e preparação para continuidade de negócio.

(v) Bem-estar, motivação, reconhecimento e coesão

- Promoção de uma cultura de reconhecimento e de pró-atividade, com objetivos e prazos claros e comunicação adequada.
- Fomento do equilíbrio entre vida profissional e vida pessoal, dentro das possibilidades organizacionais e legais.
- Realização de ações de teambuilding e iniciativas de coesão, reforçando espírito de equipa e alinhamento.
- Monitorização do clima organizacional e identificação precoce de sinais de desgaste, promovendo medidas preventivas e de apoio.

(vi) Projeção externa e reforço positivo através do reconhecimento institucional

- Divulgação na intranet das ações externas em que o Instituto participa e de boas práticas relevantes, promovendo empowerment e orgulho institucional.
- Desenvolvimento de ações externas de divulgação de boas práticas e sensibilização junto dos diversos públicos-alvo, reforçando a função pedagógica do regulador e a confiança no serviço.

A implementação destas medidas é acompanhada através de mecanismos regulares de monitorização (workshops trimestrais, Tableau de Bord e acompanhamento de execução), permitindo ajustar prioridades, reforçar ações de maior impacto e introduzir medidas corretivas sempre que necessário, numa lógica de melhoria contínua.

13. COMPARAÇÃO COM O DESEMPENHO DOS SERVIÇOS IDÊNTICOS, NO PLANO NACIONAL E INTERNACIONAL

A comparação do desempenho do IMPIC, I. P. com serviços idênticos, no plano nacional, não se afigura aplicável, dado o Instituto ser a entidade reguladora do setor da construção, do imobiliário e dos contratos públicos e, por isso, com atribuições não comparáveis às de qualquer outro organismo português.

Por outro lado, a comparação do desempenho com entidades idênticas a nível internacional requer um trabalho de investigação intensiva que, apesar do leque de atribuições cada vez mais alargado e o número restrito de pessoal afeto ao Instituto, não deixaremos de, no futuro próximo, tentar responder a este trabalho de comparação com outras instituições congéneres.

14. PRÉMIOS E MENÇÕES DE ENTIDADES EXTERNAS

Em 2025, apesar de não termos sido alvo de prémios e ou menções formais de entidades externas, foi patente que a atividade e resultados do IMPIC, I. P. tiveram um reconhecimento alargado, expresso verbal e por atos, não só pelo aumento de convites em participarmos como oradores numa série de eventos, bem como em sermos “*hosts*” de workshops no âmbito da Comissão Europeia e outras entidades, participarmos em artigos (in)formativos, e pedidos de visitas de estudo, desde países de África a países da Europa do Leste, para partilha de conhecimentos e experiências.



Medidas de Modernização Administrativa

15. MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

De acordo com o artigo 40.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, os planos e relatórios de atividades devem integrar, em capítulo próprio, as medidas de modernização administrativa, designadamente em matéria de desburocratização, qualidade e inovação. Neste âmbito, releva ainda o disposto no artigo 2.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 74/2014, de 13 de maio, que consagra a prestação de serviços públicos também por via digital, sempre que a sua natureza a isso não se oponha. As medidas aqui apresentadas materializam esse enquadramento, descrevendo a sua execução em 2025, bem como as linhas de continuidade e melhoria para 2026.

No ano de 2025, e dando continuidade a projetos estruturantes iniciados em anos anteriores, o IMPIC, I.P.I. P. orientou a modernização administrativa para três vetores: (i) simplificação e desmaterialização de procedimentos, (ii) melhoria da experiência de utilização e do acesso à informação por cidadãos, entidades adjudicantes e operadores económicos, e (iii) reforço da interoperabilidade e da qualidade dos dados, assegurando simultaneamente conformidade legal, segurança e fiabilidade dos sistemas.

A quantificação de poupanças associadas a estas medidas é particularmente exigente, uma vez que parte significativa do benefício ocorre do lado dos utilizadores externos (redução de deslocações, de pedidos repetidos de documentação, de tempos de resposta e de custos indiretos), não existindo, à data, instrumentos de medição padronizados para todos os fluxos. Do lado interno, embora sejam evidentes a redução de esforço manual e a racionalização de tarefas, a escassez de recursos humanos e a pressão operacional tendem a absorver de imediato a capacidade libertada. Assim, em 2026 será reforçada a monitorização através de indicadores operacionais (por exemplo: volume de documentos dispensados, número de acessos e interações digitais, tempos médios de processamento e contactos evitados), permitindo apurar, de forma gradual e auditável, ganhos de eficiência e poupanças estimadas.

| Iniciativa | Resultado | Poupança |
|---|---|---|
| <p>Cumprimento da medida 15 Simplex de simplificação e desburocratização do relacionamento do Cidadão e da Empresa com a Administração Pública - Fim de pedidos de documentos habilitantes na Contratação Pública – Desenvolvimento e implementação de novas funcionalidades no PNFE.</p> | <p>Durante 2025, o PNFE foi alvo de um conjunto de intervenções orientadas para reforçar a eficiência, a funcionalidade e a modernização da plataforma, incluindo a reformulação do layout, a reorganização do menu principal e da área do fornecedor e a otimização dos mecanismos de pesquisa. Na vertente documental, foram criados separadores na área “Dados da Entidade” para facilitar a consulta de títulos habilitantes emitidos pelo IMPIC (ex.: alvarás e certificações) e um menu específico para “outros documentos habilitantes”, alinhado com a taxonomia do e-Certis, com acesso direto à plataforma. Foi ainda revista a lógica de acesso ao Anexo II do CCP, introduzidos novos campos de informação (incluindo morada de contacto) e ajustado o regime de consentimento para visibilidade de informação, com configuração por defeito mais orientada à simplificação. Adicionalmente, foi disponibilizado o DEUCP e corrigidas limitações técnicas associadas ao fluxo de consentimento de representantes legais. Em 2026, prevê-se a continuidade das melhorias, com prioridade ao reforço da interoperabilidade com outros sistemas da Administração Pública e à consolidação do PNFE como instrumento estruturante de desmaterialização e simplificação na contratação pública.</p> | <p>Não quantificável à data; apuramento a reforçar em 2026 com indicadores (p.ex., documentos dispensados, interações digitais, contactos evitados e tempos de resposta).</p> |
| <p>IMPIC uma só vez - Celebração do protocolo com a AT e implementação dos mecanismos necessários, por via da plataforma de interoperabilidade da Administração Pública ou outra via, das informações necessárias ao cumprimento das obrigações prevista no artigo 46.º da lei n.º 83/2017, de 18.08; desenvolvimento de site (área reservada e área pública), disponibilizando informação e serviços integrados e simples dirigidos aos agentes regulados.</p> | <p>Em 2025 foi contratada assistência externa para levantamento de requisitos e elaboração de caderno de encargos, tendo sido desenvolvido trabalho interno de validação e melhoria da qualidade técnica e jurídica dos documentos produzidos, apesar da escassez de recursos. O processo de preparação ficou concluído em fevereiro de 2026. A iniciativa visa operacionalizar o princípio “uma só vez”, através de protocolo com a AT e mecanismos de interoperabilidade para suporte ao cumprimento de obrigações legais, bem como disponibilizar um site (área pública e reservada) com informação e serviços integrados dirigidos aos agentes regulados. Aguarda-se o lançamento do procedimento de contratação (Concurso Público com publicação no JOUE).</p> | <p>Não quantificável à data; ganhos esperados em redução de pedidos repetidos e de tempos de instrução, a medir após disponibilização e estabilização do serviço.</p> |

| Iniciativa | Resultado | Poupança |
|--|---|--|
| Desmaterialização de processos da atividade de inspeção “on site”. | Em 2025 não foi possível avançar com a desmaterialização dos processos inspetivos “on site” por insuficiência de capacidade interna, tendo sido diligenciado apoio externo junto de entidades científicas/academia, sem concretização. Em 2026, o IMPIC candidatou-se ao AI Experience LAB, procurando acelerar a conceção de um piloto que permita registo digital em mobilidade, recolha estruturada de evidência e integração com sistemas internos, com vista a ganhos de eficiência, rastreabilidade e qualidade da informação. | Aferição após piloto/implementação (2026): redução de registos manuais, tempos de reporte e retrabalho; estimativa a apurar com indicadores operacionais. |
| Implementação de ferramentas de otimização da gestão da faturação. | O módulo de otimização da gestão da faturação foi adquirido e implementado. O procedimento de contratação foi concluído e o contrato celebrado em setembro de 2025, tendo sido iniciadas reuniões de planeamento e definição interna para operacionalização. Considerando que o módulo visa suportar processos da DJCP e DQL (guias de taxas, coimas e contraordenações), foi decidido adotar uma implementação faseada: no caso das guias da DQL, atendendo à especificidade e complexidade do cálculo, a sua integração no sistema será concretizada numa fase posterior, após estabilização e validação de regras de negócio. Em 2026, pretende-se concluir esta segunda fase, assegurando consistência e fiabilidade do processo. | Aferição após estabilização completa: redução de tempos de emissão/controlo, diminuição de erros e melhoria de rastreabilidade; estimativa a apurar em 2026. |



Publicidade Institucional

16. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

De acordo com a Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto, na sua redação atual, desde 16/10/2015 que a aquisição de espaço publicitário pelas entidades públicas deve ser comunicada à Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), até 15 dias após a sua contratação.

Foi criada para os efeitos mencionados a Plataforma Digital da Publicidade Institucional do Estado (<http://pie.erc.pt/>), onde as entidades devem reportar as informações exigidas. O atual Conselho Diretivo verificou que o IMPIC, I. P. não estava registado na plataforma, ainda que tenha diligenciado no sentido da regularização dos registos, mas sem qualquer resposta.

Devem ainda incluir nos planos e relatórios de atividades, uma secção especificamente dedicada à informação sintética sobre as iniciativas de publicidade institucional do Estado, nos termos definidos na regulamentação aplicável. Os dirigentes dos serviços e dos organismos abrangidos devem integrar na informação da publicidade institucional do Estado, os dados relativos ao cumprimento das % de distribuição da publicidade institucional do Estado.

Para efeitos da Lei referida, entende-se por publicidade institucional do Estado: as campanhas, ações informativas e publicitárias e quaisquer outras formas de comunicação realizadas pelas entidades (serviços da administração direta do Estado, Institutos públicos e Entidades que integram o setor público empresarial), divulgadas a uma pluralidade de destinatários indeterminados, com o objetivo direto ou indireto de promover iniciativas ou de difundir uma mensagem relacionada com os seus fins, atribuições ou missões de serviço público, mediante a aquisição onerosa de espaços publicitários.

No decurso do ano 2025 foram realizadas publicações específicas relativos a contratação pública, destacando-se:

RO 02.02.17 - Publicação no Jornal Diário de Notícias de anúncio respeitante à revisão das diretivas de contratação pública – 196,80€

RO 02.02.17 - Publicação no Jornal Expresso de anúncio respeitante à revisão das diretivas de contratação pública – 2.460,00 €



Gestão Patrimonial

17. GESTÃO PATRIMONIAL

A sede do IMPIC, I. P. localiza-se nos n.ºs 9 e 11 da Avenida Júlio Dinis, em Lisboa, em edifícios arrendados à FUNDIESTAMO– Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

Para além da sede, o IMPIC, I. P. possui três delegações, uma no Funchal, onde se localiza o Núcleo de Inspeção afeto à Região Autónoma da Madeira, outra em Ponta Delgada onde se localiza o Núcleo de Inspeção e atendimento afeto à Região Autónoma dos Açores e outra no Porto onde se localiza o Núcleo de Inspeção afeto à região norte.

Possui, ainda, um posto de atendimento em Évora e postos de atendimento ao público nas Lojas do Cidadão de Aveiro, Braga, Porto, Coimbra, Faro, Lisboa (Laranjeiras), e Viseu, no âmbito de um “Acordo para a Instalação e Prestação de Serviços nas Lojas do Cidadão” com a Agência para a Modernização Administrativa, I. P.

No âmbito da manutenção dos edifícios, o IMPIC, I. P. detém os seguintes contratos:

- Serviço de Manutenção para os elevadores da sede do IMPIC, I. P.
- Aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como de manutenção corrente das instalações elétricas da rede informática e dos sistemas de drenagem e bombagem e outras intervenções indispensáveis ao bom funcionamento das instalações do edifício sede do IMPIC, I. P.
- Serviços de manutenção das instalações de ar condicionado e ventilação para o edifício sede do IMPIC, I. P.
- Manutenção aos dispositivos de combate a incêndios (extintores e carretéis)
- Serviços de ligação entre as centrais do IMPIC, I. P. e o Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa

Periodicamente, a Fundiestamo promove vistorias técnicas às instalações elétricas associadas dos n.ºs 9 e 11 da Av. Júlio Dinis, em Lisboa e manutenção do Posto de Transformação.



Alinhamento

18. ALINHAMENTO

As iniciativas que o IMPIC, I. P. propôs desenvolver materializam o compromisso assumido por Portugal relativamente à implementação da Agenda 2030, respetivos objetivos para o desenvolvimento sustentável (ODS), e Programa de Eficiência ECO.AP.

Matriz de alinhamento

| Objetivos Operacionais | Objetivos Estratégicos | | | | ODS inscritos no Anexo XXI_OE 2025 e ECO.AP 2030 | | | | | | | |
|--|------------------------|-----|-----|-----|--|-----------------------------|---------------------------------------|--|---------------------------------------|------------------------------------|----------------------------|---|
| | OE1 | OE2 | OE3 | OE4 | 3 SAÚDE DEBILIDADE | 6 AGUA POTÁVEL E SANEAMENTO | 7 ENERGIA LIMPA E ENERGIA SUSTENTÁVEL | 8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO | 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS | 12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS | 13 AGUA LIMPA E SANEAMENTO | 16 PAZ, JUSTIÇA E FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES |
| OP1 QUAR | X | X | X | | | | | | | | | |
| OP2 QUAR | X | | X | X | | | | | | | | |
| OP3 QUAR | X | X | | | | | | | | | | |
| OP4 QUAR | X | | | | X | | | | | | | X |
| OP5 QUAR | X | X | | | | | | | | | | |
| OP1 PA | X | | | | | | | | | | | |
| OP2 PA | | | X | | | | | | | | | |
| OP3 PA | X | | | | | | | | | | | |
| OP4 PA | | X | | | | | X | | | | | X |
| OP5 PA | | X | X | | | | | | | | | |
| OP6 PA | | | X | X | | | | | | | | |
| OP7 PA | | | X | X | | X | X | | X | X | X | |
| OP8 PA | | X | | | | | | | | | | |
| OP9 PA | X | | | | | | | | | | | |
| OP10 PA | | X | X | | | | | | | | | |
| Princípios orientadores da gestão do IMPIC, I.P. e da adoção das melhores práticas de gestão | | | | | | | | X | | | | X |

As iniciativas previstas no PA e QUAR com impacto na ação climática e na perspetiva de género constituíram um desafio na gestão do IMPIC, I. P. que ainda se mantém em curso.

| Iniciativa | Resultado | ODS |
|---|---|-------|
| Medidas de segurança, saúde e higiene no trabalho | Realizadas três ações de formação / sensibilização em matéria de SST e Igualdade de Género. | ODS 3 |
| Procura incentivar a realização de estágios | <p>O IMPIC, I. P. procura incentivar a realização de estágios como medida estruturante de gestão e desenvolvimento organizacional, alinhada com os princípios orientadores da gestão e com a adoção das melhores práticas na Administração Pública. Esta orientação visa reforçar a capacidade institucional através da atração e formação de novos talentos, promovendo simultaneamente a transferência de conhecimento, a renovação geracional e a criação de uma “pipeline” de competências para áreas críticas.</p> <p>Num contexto de elevada exigência técnica e pressão sobre recursos humanos, os estágios constituem um instrumento particularmente relevante para: (i) suportar equipas em tarefas com potencial de standardização e melhoria de processos, (ii) desenvolver competências em áreas-chave (jurídica, económica, dados, digital, inspeção/monitorização, atendimento), e (iii) melhorar práticas de trabalho, introduzindo perspetivas atuais e maior capacidade de inovação incremental. Para o Instituto, o estágio é também uma oportunidade para testar modelos de organização e de supervisão, consolidar metodologias e fortalecer a cultura de serviço público orientada para resultados.</p> <p>Para maximizar o impacto e assegurar qualidade, o incentivo aos estágios deve assentar em critérios e mecanismos claros: definição prévia de perfis e objetivos, planos individuais de atividades com entregáveis, tutoria/mentoria efetiva, avaliação periódica e integração do estagiário em dinâmicas de equipa. Em paralelo, a articulação com programas de estágios da Administração Pública e com entidades académicas pode aumentar a capacidade de atração e garantir maior adequação entre necessidades do IMPIC e percursos formativos.</p> <p>Esta medida traduz-se, assim, numa prática de gestão com benefícios concretos: reforço da capacidade operacional, melhoria contínua dos processos, valorização do conhecimento interno e potencial aumento da atratividade institucional, contribuindo para uma organização mais resiliente, eficiente e preparada para responder aos desafios atuais e futuros.</p> | ODS 8 |

| Iniciativa | Resultado | ODS |
|--|---|---------------|
| <p>Pretende melhorar a produtividade e reduzir a carga de trabalho manual e redundante através da modernização tecnológica</p> | <p>Ainda que as atividades previstas no PA 04.03, não foram realizadas, apesar de algumas diligências para tal, houve ferramentas introduzidas com o uso de Inteligência Artificial (IA)</p> <p>Considerando o número crescente de requerimentos de pedidos de títulos habilitantes para as atividades reguladas pelo IMPIC, procedeu-se à implementação de ferramentas de IA, para análise dos processos e maximização dos recursos disponíveis.</p> <p>Entrou em produção em outubro de 2025 a utilização desta ferramenta no sistema de gestão documental, sendo gradualmente ampliada para outros processos na organização.</p> | <p>ODS 8</p> |
| <p>Incentivar o teletrabalho em regime híbrido, reduzindo as deslocações por meios motorizados</p> | <p>Para além do regime de teletrabalho obrigatório ao abrigo do Artigo 166.º-A do Código do Trabalho, o CD tomou a opção gestonária de estabelecer um regime híbrido de teletrabalho. Esta medida contribui para uma organização do trabalho mais moderna e orientada para resultados, ao mesmo tempo que reduz as deslocações por meios motorizados (e, com isso, o tempo improdutivo de commuting, os custos associados e os impactos ambientais e de congestionamento), promovendo ganhos de eficiência e bem-estar. No plano social e organizacional, o regime híbrido pode reforçar a qualidade do emprego e das condições de trabalho, ao favorecer a conciliação entre vida profissional, familiar e pessoal, reduzir fatores de stress associados a deslocações prolongadas e apoiar a retenção de talento num contexto de elevada pressão sobre recursos humanos. Para garantir equidade e sustentabilidade da medida, o IMPIC procura consolidar: (i) critérios transparentes de elegibilidade e planeamento de presenças, (ii) direito à desconexão (iii) formação em competências digitais e colaboração remota, e (iv); reforço de requisitos de cibersegurança e proteção de dados.</p> | <p>ODS 8</p> |
| <p>Incentivar o uso de veículos sustentáveis e elétricos</p> | <p>Após análise das condições, infraestruturas e potenciais utilizadores, verificou-se que o posto de carregamento existente para veículos automóveis é suficiente para acautelar as necessidades de abastecimento das viaturas. Em agosto de 2025 foi instalado no piso -1 da garagem do edifício 11, três postos de carregamento elétrico destinados a bicicletas e outros pequenos veículos elétricos (ex.: trotinetes). Este recurso pode ser utilizado por todos os colaboradores do IMPIC, utilizadores destes veículos ou que pretendam vir a utilizar, contribuindo para uma mobilidade mais prática e sustentável, no dia a dia.</p> | <p>ODS 11</p> |

| Iniciativa | Resultado | ODS |
|--|---|--------|
| Desenvolver o IMPIC para que seja mais eficiente e eficaz, responsável e transparente, a todos os níveis | Ainda que as atividades mencionadas em PA 04.02 não tenham sido realizadas, apesar das diligências, o IMPIC, na sua atuação, tem introduzido uma série de procedimentos, processos e ferramentas para que seja mais eficiente e eficaz, responsável e transparente, a todos os níveis. Também tem apostado na sua comunicação externa, seja através do seu sítio institucional, do Portal BASE, Youtube ou LinkedIn, E isso tem sido reconhecido. A aposta na melhoria de ferramentas que permitem um melhor contacto com o IMPIC; a redução de prazos de licenciamento; a operacionalização de interoperabilidade baseada no Portal BASE, incluindo a implementação dos eForms que abriu a oportunidade assumida pelo IMPIC em simplificar e modernizar a contratação pública eletrónica em Portugal. com simplificação e modernização de fluxos e documentação; a produção e divulgação de estudos e análises sobre as áreas reguladas - um dos instrumentos mais relevantes de um regulador como o IMPIC, porque transforma dados dispersos (processos, fiscalização, contraordenação, atividade setorial, contratação pública) em conhecimento acionável -, entre outros, é uma aposta que já faz parte da forma de estar do IMPIC. | ODS 16 |
| Garantir que a tomada de decisão, a todos os níveis, é responsável, inclusiva, participativa e representativa | Foram concretizadas quatro ações no âmbito do desenvolvimento organizacional | ODS 16 |
| Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais | O Portal BASE não é “apenas mais um website”: é a “montra pública” da contratação pública em Portugal e, simultaneamente, uma peça operacional do ecossistema (plataformas eletrónicas, Diário da República, entidades adjudicantes, fiscalização e auditoria), de acesso a informação e accountability; no âmbito das suas funções de regulação, licenciamento e fiscalização, cumpre em rigor os princípios inerentes à boa administração pública. No seu dia a dia procura na sua atuação viver o código de conduta pleo qual se rege. | ODS 16 |

Iniciativas previstas no PA no âmbito do Plano de Eficiência ECO.AP 2030:

| Iniciativa | Resultado | ODS |
|--|---|--|
| <p>Promover soluções de eficiência no âmbito da redução do consumo de recursos energéticos, hídricos e de materiais, a par da implementação de medidas internas de desmaterialização dos processos</p> | <p>No final de 2024, foi elaborado o Plano de Eficiência Energética para o triénio 2025-2027, o qual foi revisto em meados de 2025. Para promover a consciencialização sobre práticas de eficiência energética, realizou-se um workshop interno, onde foram divulgadas medidas e reforçada a importância de pequenas ações que podem ser implementadas por todos. Os dados relativos a 2025 foram devidamente apurados sendo de destacar a redução de 8,2% no consumo de energia.</p> | <p>ODS 6 ODS 7 ODS 12 ODS 13</p> |



Proposta de Menção

19. PROPOSTA DE MENÇÃO

Os resultados apurados no QUAR 2025 evidenciam um desempenho global positivo do IMPIC, I. P., traduzido numa taxa de realização global de 132% no conjunto dos indicadores avaliados.

Este resultado assume particular relevância tendo em conta os constrangimentos estruturais que marcaram o ano, designadamente a insuficiência de recursos humanos face ao mapa de pessoal previsto (180 postos de trabalho), tendo o Instituto terminado 2025 com 106 postos efetivamente preenchidos, a par de limitações tecnológicas associadas ao obsolescência de aplicações e plataformas digitais. Ainda assim, foi assegurada a continuidade do serviço público, mantendo-se níveis elevados de rigor técnico, cumprimento e capacidade de resposta.

No plano operacional, e em coerência com os objetivos estratégicos do Instituto, o desempenho em 2025 traduziu-se, entre outros resultados, no reforço da ação de fiscalização e combate à concorrência desleal (717 entidades inspecionadas e 357 processos de contraordenação concluídos), na produção e disponibilização de conhecimento setorial (18 relatórios publicados) e na capacitação dos stakeholders (22 ações de formação no âmbito da contratação pública), contribuindo para uma regulação mais transparente, eficiente e orientada para o interesse público.

Dos cinco objetivos operacionais definidos e aprovados pela tutela, quatro foram superados, dos quais 2 considerados Mais Relevantes, contribuindo de forma mais expressiva para o resultado final do QUAR, e um foi atingido, este também Mais Relevante, abrangendo os três parâmetros de avaliação - Eficácia, Eficiência e Qualidade - demonstrando consistência no cumprimento das metas estabelecidas e impacto expressivo na avaliação final.

O Conselho Diretivo regista e enaltece, por conseguinte, o esforço, a dedicação e a resiliência demonstrados por trabalhadores/as, dirigentes e equipas do Instituto ao longo do ano, cuja atuação foi determinante para os resultados alcançados, apesar das condições particularmente exigentes em que o ciclo de gestão decorreu.

Tendo em conta que atingiu todos os objetivos, superando alguns, e considerando o disposto no artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, propõe o Conselho Diretivo do IMPIC, I. P. a atribuição, na autoavaliação, da menção qualitativa de desempenho “BOM”, refletida na avaliação global de 132%.

Conclusões Prospetivas

20. CONCLUSÕES PROSPETIVAS

A atividade do IMPIC, I.P.I. P., em 2025, foi novamente marcada por um acréscimo de responsabilidades face à missão e atribuições que lhe estão cometidas, às exigências crescentes dos setores regulados e ao papel cada vez mais estratégico da contratação pública no contexto nacional e europeu. As solicitações relacionadas com economia e competitividade, desenvolvimento sustentável, transparência, integridade, compliance, accountability e qualidade da informação, em permanente evolução e sob pressão de prazos e metas, impõem ao Instituto uma atuação simultaneamente reativa e proativa.

Não obstante o desempenho global alcançado no ciclo de gestão de 2025, persistem constrangimentos estruturais que condicionam a plena capacidade de resposta, destacando-se a insuficiência de recursos humanos e a necessidade de modernização e robustecimento das aplicações e plataformas digitais. Em particular, para um mapa de pessoal de 180 postos de trabalho, o Instituto terminou 2025 com 106 postos efetivamente preenchidos, o que continua a representar uma limitação relevante para a execução integral das atividades e para o desenvolvimento de projetos estruturantes.

À semelhança de anos anteriores, salienta-se o acompanhamento institucional e a articulação com a tutela, bem como a dedicação e o esforço das Direções e Departamentos, cujo trabalho sustentou os resultados evidenciados no Relatório de Atividades de 2025 agora apresentado, num contexto de exigência acrescida e de forte pressão sobre equipas reduzidas.

Perspetivando o futuro, e em particular o ano de 2026, a atuação do IMPIC continuará a centrar-se em três eixos prioritários: (i) reforço da capacidade organizacional, através do recrutamento e retenção de recursos humanos; (ii) aceleração da modernização digital e melhoria da interoperabilidade e qualidade dos sistemas de informação; e (iii) consolidação da qualidade regulatória e do serviço prestado aos cidadãos, às entidades adjudicantes e aos operadores económicos, com foco na transparência, na celeridade e na confiança.

A nossa preocupação mantém-se, também, com os/as trabalhadores/as do Instituto, sendo essencial assegurar condições de trabalho que promovam motivação, capacitação e sustentabilidade do desempenho. Nesse sentido, e dando continuidade às medidas internas já iniciadas, será mantida e aprofundada uma agenda de melhoria organizacional, da qual se destacam:

- Reforço da cadência de reuniões de dirigentes, promovendo alinhamento, monitorização e responsabilização;
- Realização de reuniões regulares com trabalhadores/as ao nível das unidades orgânicas, reforçando a comunicação interna e a clarificação de objetivos e prioridades;
- Melhoria e aumento da disseminação de informação através dos canais internos;
- Revisão e disponibilização de manuais de procedimentos e instrumentos de apoio à uniformização de práticas;
- Investimento nos instrumentos e projetos na área dos Sistemas de Informação, com especial enfoque na modernização, segurança e eficiência dos fluxos digitais;
- Promoção de uma cultura de reconhecimento e de pró-atividade, com metas e prazos claros e comunicação adequada;
- Valorização e agilização de mecanismos de desenvolvimento profissional, dentro das disposições legais aplicáveis, incluindo ações de formação e capacitação;
- Fomento da melhoria do desempenho num ambiente organizacional que favoreça o equilíbrio entre vida profissional e vida pessoal;
- Realização de iniciativas de coesão e teambuilding.

Importa ainda reforçar o impacto das transições digital e climática, da crescente exigência de transparência e dados (incluindo a evolução do quadro europeu de publicidade e normalização de anúncios), bem como do reforço das exigências em cibersegurança e resiliência operacional (com novas obrigações para os Estados-Membros no âmbito da NIS2).

Perspetivando em termos futuros, e sobretudo para 2026, importa considerar um contexto exigente, marcado por volatilidade económica, pressão sobre cadeias de valor, reforço da regulação europeia em matérias de integridade e combate ao branqueamento de capitais, e maior escrutínio público sobre a utilização de recursos, em particular quando associados a investimento e contratação pública. A título de exemplo, a UE aprovou um pacote legislativo de AML e definiu o arranque operacional da AMLA em meados de 2025, com impacto progressivo nas abordagens de supervisão e risco, incluindo no setor imobiliário.

Adicionalmente, e em função do contexto nacional e internacional, propõe-se reforçar/introduzir as seguintes medidas e atividades com início em 2026, mas implementação a médio prazo:

- Implementação de um roteiro de transformação digital (com prioridades, marcos e gestão de risco) para modernização das aplicações críticas e aumento da automação de processos, reduzindo trabalho manual e redundante;
- Reforço da governação de dados e da capacidade analítica (dashboards de gestão, qualidade de dados, interoperabilidade e monitorização de indicadores), potenciando decisões mais rápidas e baseadas em evidência;
- Consolidação de um programa transversal de cibersegurança e continuidade de negócio, com ações regulares de sensibilização, testes e revisão de controlos, alinhado com as obrigações e boas práticas associadas à NIS2;
- Reforço de mecanismos de integridade, prevenção de fraude e risco, incluindo abordagens mais orientadas por risco na fiscalização e no planeamento de ações, e reforço de cooperação interinstitucional em matérias relevantes;
- Intensificação de iniciativas de orientação técnica e capacitação externa (webinars, guias práticos, sessões temáticas) para agentes económicos e entidades adjudicantes, promovendo conformidade e boas práticas;
- Aposta na melhoria da experiência do utilizador nos serviços digitais (simplificação de formulários, “self-service”, conteúdos de apoio e gestão ativa de pedidos), com métricas de serviço e satisfação;
- Consolidação da monitorização e apoio à evolução do enquadramento europeu de publicação e dados em contratação pública, assegurando alinhamento com normalização e maximização da transparência (ex.: eForms);
- Promoção de mecanismos internos de gestão do conhecimento (repositórios, documentação e partilha estruturada), mitigando o impacto de rotatividade e reduzindo dependências críticas;
- Desenvolvimento de ações orientadas para competências emergentes (dados, risco, auditoria, ciber, digital) e reforço da capacitação das lideranças intermédias.

De uma forma geral, estas medidas (as já existentes e as agora reforçadas/propostas) devem ser mantidas como atuais, reconhecendo-se que a sua eficácia será avaliada no médio prazo. Após essa medição e avaliação será feito o balanço e tomadas novas medidas, seja de correção, seja de melhoria.



Presidente, Fernando Batista



Vogal, Pedro Guedes Pinto



Vogal, Sandra Simões



Av. Júlio Dinis N.º 11
1069 -010 Lisboa Portugal

T: +351 217 946 700
F: +351 217 946 790

geral@impic.pt
www.impic.pt